



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 266-C, DE 2023

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Mensagem nº 208/2023

Ofício nº 263/2023

Aprova o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022; tendo parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação (relator: DEP. EVAIR VIEIRA DE MELO); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária (relatora: DEP. LAURA CARNEIRO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relatora: DEP. LAURA CARNEIRO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão

IV - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , **DE 2023**
(MENSAGEM Nº 208/2023)

Aprova o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2023.

Deputado Flávio Nogueira
Presidente em exercício



MENSAGEM N.º 208, DE 2023

(Do Poder Executivo)

Ofício nº 263/2023

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos Interministerial dos Senhores Ministro de Estado das Relações Exteriores e Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, o texto do Acordo Internacional do Café, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL;

AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E

DESENVOLVIMENTO RURAL;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART 54 RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

MENSAGEM Nº 208

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos Interministerial dos Senhores Ministro de Estado das Relações Exteriores e Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, o texto do Acordo Internacional do Café, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

Brasília, 10 de maio de 2023.



Brasília, 21 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Submetemos à sua elevada consideração, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo Internacional do Café, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

2. A presente atualização do Acordo Internacional do Café, carta constitutiva da Organização Internacional do Café (OIC), reflete a preocupação dos membros com a modernização de conceitos e práticas do organismo. O texto é resultado de esforço diplomático de cerca de três anos, em que a participação do Brasil foi essencial, em linha com sua tradicional liderança no setor e na OIC.

3. A Organização Internacional do Café foi fundada sobre os preceitos de seu acordo constitutivo de 1962 e submetida a processo contínuo de atualização de sua vocação. Os convênios de 1968, 1976, 1983, 1994, 2001 e finalmente de 2007, versão atualmente em vigor, consubstanciaram a evolução da vocação da OIC. Passado o período em que intervinha e regulava o comércio global de café, a organização atua hodiernamente como foro de diálogo permanente dos múltiplos participantes da cadeia global de valor, com vistas à promoção da sustentabilidade no setor cafeeiro, como órgão de referência na produção de estudos e estatísticas da cafeicultura global e como gestora de projetos de fomento no setor orientados a países em desenvolvimento.

4. O Acordo Internacional do Café 2022 inova, sobretudo, nas questões de afiliação de entidades do setor privado e da sociedade civil, na repartição dos direitos de voto, na fixação das contribuições e na constituição de grupo de trabalho de natureza mista para discussão do futuro da cafeicultura. A maior abertura da OIC demonstra a preocupação dos países-membros com questões de transparência e permeabilidade nas instituições públicas. A manutenção do caráter consultivo do referido grupo demonstra o sentido de preservação da natureza intergovernamental da organização.

5. A repartição dos direitos de voto, medida da influência relativa dos países na organização, foi rediscutida no sentido de dotar a fórmula de cálculo de maior equilíbrio. Em lugar da distribuição dos votos em função dos volumes exportados ou importados, a nova regra de cálculo leva em consideração, adicionalmente, o valor das exportações ou importações. A sistemática contribui para oferecer uma descrição mais precisa da participação de cada membro no mercado internacional de café, em que o Brasil tende a manter liderança.

6. A fixação do montante das contribuições, aspecto central na avaliação dos compromissos gravosos ao patrimônio nacional, foi submetida a processo análogo de atualização de critérios. A distribuição das quotas abandonou a separação em categorias – importações dos importadores e exportações dos exportadores – em favor de mensuração do “comércio total”. A alteração é particularmente importante para o incremento da responsabilidade de membros cuja participação no mercado global é marcada pela reexportação. Como resultado prevê-se redução nas quotas de contribuição de países exportadores, com benefício ao Brasil. Antevê-se que, do patamar atual de contribuições, no valor de £ 362.050,00 para o ano-calendário 2022/23, o país passaria a contribuir com £ 260.966,00 a partir da vigência do novo acordo.

7. A maior abertura para entes não estatais coloca-se, primeiramente, na composição



da Junta de Membros Afiliados (JMA), sucessora da Junta Consultiva do Setor Privado. O número de representantes foi ampliado, do total de dezesseis assentos (na redação do AIC 2007, Art. 29.2) para um universo aberto (Art. 34.2 do AIC 2022), e a natureza das entidades que podem ser representadas também foi ampliada para “entidade do Setor Privado ou da Sociedade Civil”. A preocupação com a modernização e a transparência da OIC, objeto do alargamento do escopo do órgão de auscultação de entes não estatais, esteve conjugada ao interesse de manter o caráter intergovernamental da organização, pelo que atribui caráter consultivo à JMA.

8. O Grupo de Trabalho Público-Privado do Café (GTPPC) constitui outra frente de modernização da OIC, ao propor modelo de efetiva colaboração público-privada para o desenvolvimento do mercado cafeeiro. O Grupo de Trabalho complementa os meios tradicionais da Organização, no desenvolvimento de projetos, produção de métricas e definição de horizontes para a sustentabilidade na produção, comércio e consumo de café mundialmente. As linhas de projetos incluem temas como transparência de mercado; mecanismos de financiamento global; instituições e políticas de mercado; consumo, produção e fornecimento responsáveis. O Brasil tem interesse em construir uma narrativa favorável e compartilhar suas conquistas em todos esses setores. A organização tende a ganhar relevo com o GTPPC, ao firmar-se como centro de concepção técnica e de desenvolvimento de projetos de maior vulto no setor compreendido.

9. A Organização Internacional do Café apresentou calendário para a entrada em vigor do novo Acordo Internacional do Café, com base nas práticas internacionais. Após a janela temporal para assinatura do Acordo, entre 6 de outubro de 2022 e 30 de abril de 2023, os membros fariam o depósito dos instrumentos de ratificação até 31 de julho de 2023. A entrada em vigor depende da ratificação de países que correspondam a dois terços dos votos tanto de importadores quanto de exportadores. A ratificação tempestiva pelo Brasil do Acordo garantiria que o país não esteja em descompasso com o regramento da organização, inclusive em termos administrativos.

10. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 84, inciso VIII, combinado com o artigo 49, inciso I da Constituição Federal, submetemos-lhe o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autênticas do Acordo Internacional do Café 2022.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira, Carlos Henrique Baqueta Favaro





**ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO CAFÉ**

Apresentação: 12/05/2023 18:04:00.000 - Mesa

PD
MSC n.208/2023

Cópia do texto autenticado

ACORDO INTERNACIONAL DO CAFÉ DE 2022

Junho de 2022
Londres, Reino Unido

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



Através da Resolução 476, em 9 de junho de 2022 o Conselho Internacional do Café aprovou o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, que figura no documento ICC 133-7. Através da mesma Resolução, o Conselho solicitou à Diretora-Executiva que preparasse o texto definitivo do Acordo e autenticasse esse texto para transmissão ao Depositário. Em 9 de junho de 2022 o Conselho aprovou a Resolução 477, designando a Organização Internacional do Café para as funções de Depositário do Acordo Internacional do Café de 2022.

O presente documento contém o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, que foi depositado junto à Organização Internacional do Café para assinatura nos termos de seu Artigo 44.



**ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO CAFÉ**

222 Gray's Inn Road
Londres WC1X 8HB, Reino
Unido

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



ÍNDICE

<u>Artigo</u>	<u>Página</u>
Preâmbulo.....	1
<u>CAPÍTULO I – OBJETIVOS</u>	
1 Objetivos.....	3
CAPÍTULO II – DEFINIÇÕES	
2 Definições.....	5
CAPÍTULO III – COMPROMISSOS GERAIS DOS MEMBROS	
3 Compromissos gerais dos Membros.....	8
<u>CAPÍTULO IV – MEMBROS E AFILIAÇÃO</u>	
4 Membros da Organização.....	9
5 Participação em grupo.....	9
6 Afiliação.....	9
<u>CAPÍTULO V – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ</u>	
7 Sede e estrutura da Organização Internacional do Café.....	11
8 Privilégios e imunidades.....	11
<u>CAPÍTULO VI – CONSELHO INTERNACIONAL DO CAFÉ</u>	
9 Composição do Conselho Internacional do Café.....	13
10 Poderes e funções do Conselho.....	13
11 Presidente e Vice-Presidente do Conselho.....	14
12 Sessões do Conselho.....	14
13 Votos.....	15
14 Procedimento de votação no Conselho.....	16
15 Decisões do Conselho.....	16
16 Cooperação com outras organizações.....	17
17 Cooperação com organizações não governamentais.....	18
<u>CAPÍTULO VII – DIRETOR(A) EXECUTIVO(A) E EQUIPE</u>	
18 Diretor(a) Executivo(a) e equipe.....	19



CAPÍTULO VIII – FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

19	Comitê de Finanças e Administração.....	20
20	Finanças.....	20
21	Aprovação do Orçamento Administrativo e fixação das contribuições.....	20
22	Pagamento das contribuições.....	22
23	Responsabilidades financeiras.....	22
24	Auditoria e publicação das contas.....	23

CAPÍTULO IX – ECONOMIA

25	Comitê de Economia.....	24
26	Remoção de obstáculos ao comércio e ao consumo.....	24
27	Promoção e desenvolvimento de mercado.....	25
28	Medidas relativas ao café processado.....	26
29	Misturas e substitutos.....	26
30	Informações estatísticas.....	26
31	Certificados de Origem.....	27
32	Estudos, pesquisas e relatórios.....	28

CAPÍTULO X – ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO NA ÁREA DE PROJETOS

33	Elaboração e financiamento de projetos.....	30
----	---	----

CAPÍTULO XI – SETOR CAFEIEIRO PRIVADO

34	Junta de Membros Afiliados.....	31
35	Grupo de Trabalho Público-Privado do Café – GTPPC.....	32
36	Engajamento, integração e inclusão.....	33
37	Conferência Mundial do Café.....	34
38	Financiamento do setor cafeeiro.....	34

CAPÍTULO XII – DISPOSIÇÕES GERAIS

39	Preparativos para um novo Acordo.....	35
----	---------------------------------------	----

CAPÍTULO XIII – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

40	Setor cafeeiro sustentável.....	36
41	Padrões de vida e condições de trabalho.....	36



CAPÍTULO XIV – CONSULTAS, CONTROVÉRSIAS E RECLAMAÇÕES

42	Consultas.....	37
43	Controvérsias e reclamações.....	37

CAPÍTULO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS

44	Assinatura e ratificação, aceitação ou aprovação.....	38
45	Aplicação provisória.....	38
46	Entrada em vigor.....	38
47	Adesão.....	39
48	Reservas.....	40
49	Retirada voluntária.....	40
50	Exclusão.....	40
51	Liquidação de contas com Membros que se retirem ou sejam excluídos	40
52	Vigência e término.....	41
53	Emenda.....	41
54	Disposição suplementar e transitória.....	42
55	Textos autênticos do Acordo.....	42



ACORDO INTERNACIONAL DO CAFÉ DE 2022

PREÂMBULO

Os Governos Integrantes do presente Acordo,

Reconhecendo a excepcional importância do café para as economias de muitos países que dependem consideravelmente do café para obter suas receitas de exportação e realizar seus objetivos de desenvolvimento social e econômico, bem como de muitos países em que as importações de café desempenham um papel-chave;

Reconhecendo a importância do setor cafeeiro para a subsistência de milhões de pessoas, sobretudo nos países em desenvolvimento, e tendo em conta que em muitos desses países a produção se faz em pequenas propriedades familiares;

Considerando a necessidade de colaboração entre os membros da cadeia de valor, trabalhando juntos para criar condições estruturais que não só possibilitem aos cafeicultores alcançar prosperidade real e melhorar continuamente seus meios de sustento, mas que também assegurem o futuro tanto das novas gerações de cafeicultores quanto do setor cafeeiro global;

Reconhecendo a contribuição de um setor cafeeiro sustentável para a consecução de objetivos de desenvolvimento internacionalmente acordados, entre os quais os pertinentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs);

Reconhecendo a necessidade de fomentar o desenvolvimento sustentável do setor cafeeiro, levando ao aumento do emprego e da renda e melhores padrões de vida e condições de trabalho nos países Membros;

Considerando que a estreita cooperação internacional em questões cafeeiras, no comércio internacional inclusive, pode fomentar um setor cafeeiro global economicamente diversificado, o desenvolvimento econômico e social dos países produtores, o desenvolvimento da produção e do consumo de café e melhores relações entre os países exportadores e importadores de café;



Considerando que a colaboração entre Membros, organizações internacionais, o Setor Privado e todos os demais interessados pode contribuir para o desenvolvimento do setor cafeeiro;



Reconhecendo que o aumento do acesso a informações relacionadas com o café e a estratégias de gestão de risco com base no mercado, para o qual a transparência do mercado na cadeia produtiva e a mitigação da volatilidade de preços são essenciais, assim como maior facilidade na adoção de regulamentação apropriada podem contribuir para evitar distorções do mercado potencialmente prejudiciais tanto aos produtores quanto aos consumidores; e

Notando as vantagens decorrentes da cooperação internacional que resultaram da aplicação dos Acordos Internacionais do Café de 1962, 1968, 1976, 1983, 1994 e 2001 e 2007,

Acordam o seguinte:



CAPÍTULO I – OBJETIVOS

ARTIGO 1 **Objetivos**

O objetivo do presente Acordo é fortalecer o setor cafeeiro global, promovendo sua expansão econômica, social e ambientalmente sustentável em um contexto de mercado, em benefício de todos os participantes do setor, e para tanto:

- 1) Promover a cooperação internacional em questões cafeeiras, com vistas ao desenvolvimento de todas as áreas de cafeicultura e à redução das diferenças sociais, econômicas e tecnológicas entre os países, levando em consideração as necessidades e prioridades dos Membros;
- 2) Facilitar o engajamento em questões cafeeiras, em nível nacional, regional e global, dos Membros e partes interessadas da cadeia de valor do café;
- 3) Incentivar os Membros a desenvolver um setor cafeeiro sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais;
- 4) Proporcionar um fórum para consultas, buscando compreender as condições estruturais dos mercados internacionais e as tendências de longo prazo da produção e do consumo que equilibram a oferta e a demanda, como também regular adequadamente os mercados à vista, físico e financeiro do café, para fazer face à volatilidade e à especulação excessiva, que podem distorcer os preços, com efeitos negativos tanto para os produtores quanto para os consumidores;
- 5) Facilitar a expansão e a transparência do comércio internacional de todos os tipos e formas de café, e promover a eliminação de obstáculos ao comércio;
- 6) Coletar, difundir e publicar informações econômicas, técnicas e científicas, dados estatísticos e estudos, assim como resultados de pesquisa e desenvolvimento em questões cafeeiras;



- 7) Promover o desenvolvimento do consumo e de mercados para todos os tipos e formas de café, inclusive nos países produtores de café e mercados emergentes;

4

Apresentação: 12/05/2023 18:04:00.000 - Mesa

MSC n.208/2023



8) Desenvolver projetos, apoiar a gestão de recursos financeiros e, quando possível e apropriado, gerenciar a implementação de projetos que beneficiem os Membros e a economia cafeeira mundial;

9) Promover a qualidade do café, com vistas a proporcionar maior satisfação aos consumidores e maiores benefícios aos produtores;

10) Incentivar o desenvolvimento e implementação de procedimentos apropriados de segurança dos alimentos no setor cafeeiro dos países Membros;

11) Promover programas de informação e treinamento destinados a auxiliar a transferência aos Membros de práticas inovadoras e tecnologias relevantes para o café;

12) Incentivar e apoiar os Membros no desenvolvimento e implementação de estratégias que ampliem a resiliência das comunidades locais e dos cafeicultores, dos pequenos produtores em particular, para capacitá-los a se beneficiar da produção e comércio de café, que podem contribuir para a erradicação da pobreza através de salários condignos para as famílias;

13) Facilitar a disponibilização de informações, em particular sobre instrumentos e serviços financeiros que ajudem os produtores de café dos países Membros a acessar crédito e instrumentos de gestão de risco, abrindo mais espaço para a inclusão financeira e a gestão de risco, enquanto também levando em conta as mudanças climáticas;

14) Enfrentar, quando apropriado através de pesquisa, os desafios que se antepõem ao setor cafeeiro global, e que incluem, mas sem a eles se limitar, fatores como a volatilidade dos preços, os altos custos de produção, as pragas e doenças, as mudanças climáticas e a rastreabilidade do café; e

15) Promover soluções baseadas no mercado que permitam aos produtores gerar maior agregação de valor.



CAPÍTULO II – DEFINIÇÕES

ARTIGO 2 Definições

Para os fins do presente Acordo:

1) *Café* significa o grão e a cereja do cafeeiro, seja em pergaminho, verde ou torrado, e inclui o café moído, o descafeinado, o líquido, o solúvel e o pré-misturado. O Conselho, o mais cedo possível após a entrada em vigor do presente Acordo e, novamente, a cada três anos, revisará os fatores de conversão aplicáveis aos tipos de café indicados nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” abaixo. Depois de tais revisões, o Conselho determinará e publicará os fatores de conversão apropriados. Antes da revisão inicial, e caso o Conselho não seja capaz de alcançar decisão com respeito a esta questão, os fatores de conversão serão os utilizados no Acordo Internacional do Café de 2007, que se encontram listados no Anexo do presente Acordo. Observadas essas disposições, os termos listados abaixo terão os seguintes significados:

- a) *Café verde* significa todo café na forma de grão cru, não torrado;
- b) *Café em cereja seca* significa o fruto seco do cafeeiro; obtém-se o equivalente do café em cereja seca em café verde multiplicando o peso líquido do café em cereja seca por 0,50;
- c) *Café em pergaminho* significa o grão de café verde envolvido pela cobertura de pergaminho; obtém-se o equivalente do café em pergaminho em café verde multiplicando o peso líquido do café em pergaminho por 0,80;
- d) *Café torrado* significa o café verde torrado em qualquer grau, e inclui o café moído;
- e) *Café descafeinado* significa o café verde, torrado ou solúvel, do qual se tenha extraído a cafeína;
- f) *Café líquido* significa as partículas obtidas do café torrado e colocadas em forma líquida;
- g) *Café solúvel* significa as partículas desidratadas, solúveis em água, obtidas do café torrado; e
- h) *Café pré-misturado* significa misturas de café solúvel ou café torrado e moído com outros ingredientes alimentares, em geral açúcar e/ou creme de leite e possivelmente outros



ingredientes.

7

2) *Saca* significa 60 quilogramas, ou 132,276 libras-peso, de café verde; tonelada significa uma massa de 1.000 quilogramas, ou 2.204,6 libras-peso; e libra-peso significa 453,597 gramas.



- 3) *Ano cafeeiro* significa o período de um ano, de 1.º de outubro a 30 de setembro.
- 4) *Organização e Conselho* significam, respectivamente, a Organização Internacional do Café e o Conselho Internacional do Café.
- 5) *Parte Contratante* significa um Governo, a União Europeia ou qualquer organização intergovernamental a que faz referência o parágrafo 3 do Artigo 4 que tenha depositado seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou notificação de aplicação provisória do presente Acordo nos termos dos Artigos 44, 45 e 46, ou que tenha aderido ao presente Acordo nos termos do Artigo 47.
- 6) *Membro* significa uma Parte Contratante.
- 7) *Membro exportador* ou *país exportador* significa, respectivamente, um Membro ou país que seja exportador líquido de café, isto é, cujas exportações excedam as importações.
- 8) *Membro importador* ou *país importador* significa, respectivamente, um Membro ou país que seja importador líquido de café, isto é, cujas importações excedam as exportações.
- 9) *Votação por maioria distribuída* significa uma votação que exige 70 por cento ou mais dos votos dos Membros exportadores presentes e votantes, e 70 por cento ou mais dos votos dos Membros importadores presentes e votantes, contados separadamente.
- 10) *Depositário* significa a organização intergovernamental ou Parte Contratante do Acordo Internacional do Café de 2007 que o Conselho designe, por decisão a ser adotada por consenso, com base no Acordo Internacional do Café de 2007, antes de 6 de outubro de 2022. Tal decisão constituirá uma parte integral do presente Acordo.
- 11) *Setor Privado* significa o segmento da economia que pertence e é controlado e gerido por indivíduos ou empresas particulares ou por empresas estatais cujas principais atividades são no setor cafeeiro ou se relacionam com ele e que atuam, igualmente, como parte de um sistema baseado no mercado aberto, incluindo, mas não se limitando a:



- a) Agricultores, organizações e cooperativas de agricultores, e outros produtores;
- b) Micro, pequenas e médias empresas (MPMEs);
- c) Empresas sociais;
- d) Grandes companhias nacionais e multinacionais;
- e) Instituições financeiras; e
- f) Associações da indústria e do comércio.



12) *Sociedade Civil* significa a ampla gama de organizações não governamentais e sem fins lucrativos que têm presença na vida pública e expressam os interesses e valores de seus membros e outros, com base em considerações éticas, culturais, políticas, científicas, acadêmicas ou filantrópicas.

13) *Membro Afiliado* significa uma entidade do Setor Privado ou da Sociedade Civil relacionada ou engajada com o trabalho da Organização.

14) *O Fórum dos CEOs e Líderes Globais (FCLG)* é um fórum de executivos seniores de entidades do Setor Privado que são signatárias da Declaração de Londres de 2019 sobre “níveis de preços, volatilidade de preços e sustentabilidade do setor cafeeiro no longo prazo” e foi estabelecido como resposta do Setor Privado à Resolução 465 do CIC, emitida em 20 de setembro de 2018. O Fórum se reúne anualmente com Membros da OIC, relevantes atores do setor de café e parceiros em desenvolvimento para examinar os resultados alcançados pelo Grupo de Trabalho Público-Privado do Café (GTPPC) definido no Artigo 35.



* C D 2 3 2 7 0 6 3 7 7 0 *

CAPÍTULO III – COMPROMISSOS GERAIS DOS MEMBROS

ARTIGO 3

Compromissos gerais dos Membros

- 1) Os Membros se comprometem a adotar as medidas que sejam necessárias para capacitá-los a cumprir as obrigações decorrentes do presente Acordo e a cooperar plenamente uns com os outros para assegurar a consecução dos objetivos do presente Acordo; em particular, os Membros também se comprometem a, sempre que possível, fornecer as informações que sejam necessárias para facilitar o funcionamento do presente Acordo, desde que tais informações não violem a confidencialidade.
- 2) Os Membros reconhecem que os Certificados de Origem são importantes fontes de informações estatísticas sobre o comércio de café. Os Membros exportadores, por conseguinte, se comprometem a assegurar a apropriada emissão e utilização de Certificados de Origem.
- 3) Os Membros reconhecem, além disso, que informações sobre reexportações também são importantes para a análise apropriada da economia cafeeira mundial. Os Membros importadores, por conseguinte, se comprometem a fornecer regularmente informações precisas sobre reexportações, na forma e no modo que o Conselho estabelecer.



CAPÍTULO IV – MEMBROS E AFILIAÇÃO

ARTIGO 4

Membros da Organização

- 1) Cada Parte Contratante constituirá um único Membro da Organização.
- 2) Um Membro poderá passar de uma categoria para outra, nas condições que o Conselho estipular.
- 3) Toda referência que se fizer a Governo no presente Acordo será interpretada como extensiva à União Europeia e a qualquer organização intergovernamental que tenha competência exclusiva para negociar, concluir e aplicar o presente Acordo.

ARTIGO 5

Participação em grupo

Duas ou mais Partes Contratantes, mediante notificação apropriada ao Conselho e ao Depositário, poderão participar da Organização como Grupo-Membro, com efeito em data a ser especificada pelas Partes Contratantes de que se trate e em condições definidas pelo Conselho, incluindo obrigações financeiras.

ARTIGO 6

Afiliação

- 1) Uma entidade do Setor Privado ou da Sociedade Civil poderá ser reconhecida como Membro Afiliado por decisão do Conselho.
- 2) Uma entidade que deseje ser reconhecida como Membro Afiliado da Organização deverá dirigir ao(à) Presidente do Conselho seu pedido de candidatura, que precisará ser endossado por um Membro antes de ser apresentado ao(à) Presidente.
- 3) O Conselho aceitará ou rejeitará os pedidos de candidatura à participação com *status*

*
0
0
7
7
3
6
0
2
3
2
0
2
D
*

de Membro Afiliado.

1

- 4) O *status* dos Membros Afiliados será revisado todos os anos cafeeiros pelo Conselho.

Apresentação: 12/05/2008 18:04:00.000 - Mesa

MSC n.208/2023



5) O Conselho estabelecerá procedimentos para avaliação dos pedidos de candidatura à participação com *status* de Membro Afiliado, levando em conta como o trabalho dos candidatos se relaciona ou engaja com o trabalho da Organização e sua relevância direta para os objetivos do presente Acordo.

6) A Organização terá a oportunidade de se valer da assessoria especializada dos Membros Afiliados, e os Membros Afiliados terão a oportunidade de externar suas opiniões e se envolver no trabalho da Organização.

7) O Conselho estabelecerá uma relação de contribuições anuais a serem pagas pelos Membros Afiliados. O mecanismo e a gestão das contribuições pagas deverão estar conformes com o Regulamento de Finanças e Disposições Financeiras da Organização.



CAPÍTULO V – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ

ARTIGO 7

Sede e estrutura da Organização Internacional do Café

- 1) A Organização Internacional do Café, estabelecida pelo Convênio Internacional do Café de 1962, continuará em existência a fim de administrar a aplicação das disposições do presente Acordo e supervisionar seu funcionamento.
- 2) A Organização terá sede em Londres, Reino Unido, a menos que o Conselho decida de outra forma.
- 3) A autoridade suprema da Organização será o Conselho. O Conselho será assistido, conforme o caso, pelo Comitê de Finanças e Administração e pelo Comitê de Economia. O Conselho também será assessorado pela Junta de Membros Afiliados, pela Conferência Mundial do Café e pelo Grupo de Trabalho Público-Privado do Café.
- 4) O Conselho será apoiado pelo(a) Diretor(a) Executivo(a) e pela equipe da Organização.

ARTIGO 8

Privilégios e imunidades

- 1) A Organização terá personalidade jurídica. Será dotada, em especial, da capacidade de firmar contratos, adquirir e alienar bens móveis e imóveis e demandar em juízo.
- 2) A situação jurídica, os privilégios e as imunidades da Organização, de seu(sua) Diretor(a) Executivo(a), de sua equipe e de seus especialistas, bem como dos representantes de Membros que se encontrem no território do país-sede com a finalidade de exercer suas funções, serão governados por um Acordo de Sede celebrado entre o Governo do país-sede e a Organização.
- 3) O Acordo de Sede mencionado no parágrafo 2 deste Artigo é independente do presente Acordo, podendo, no entanto, terminar:



- a) Por acordo entre o Governo do país-sede e a Organização;
- b) Na eventualidade de a sede da Organização ser transferida do território do país-sede; ou
- c) Na eventualidade de a Organização deixar de existir.



4) A Organização poderá celebrar com um ou mais Membros outros acordos, a serem aprovados pelo Conselho, relativos aos privilégios e imunidades que sejam necessários ao bom funcionamento do presente Acordo.

5) Os Governos dos países Membros, excetuando o Governo do país-sede, concederão à Organização as mesmas facilidades que as que são concedidas às agências especializadas das Nações Unidas em matéria de restrições monetárias e de câmbio, manutenção de contas bancárias e transferência de dinheiro.



CAPÍTULO VI – CONSELHO INTERNACIONAL DO CAFÉ

ARTIGO 9

Composição do Conselho Internacional do Café

- 1) O Conselho será integrado por todos os Membros da Organização.
- 2) Cada Membro designará para o Conselho um representante e, se assim o desejar, um ou mais suplentes, podendo igualmente designar um ou mais assessores para seu representante ou suplentes.

ARTIGO 10

Poderes e funções do Conselho

- 1) O Conselho ficará investido de todos os poderes que lhe são especificamente conferidos pelo presente Acordo e desempenhará as funções necessárias à execução das disposições do mesmo.
- 2) O Conselho, quando apropriado, poderá constituir e dissolver comitês e órgãos subsidiários, com exceção dos previstos no parágrafo 3 do Artigo 7.
- 3) O Conselho estabelecerá a regulamentação necessária à execução das disposições do presente Acordo e com o mesmo compatível, inclusive seu próprio regimento interno e os regulamentos financeiros e do pessoal da Organização. O Conselho poderá estabelecer em seu regimento um processo que lhe permita, sem se reunir, decidir sobre questões específicas.
- 4) O Conselho, a intervalos regulares, estabelecerá um plano de ação estratégico para orientar seu trabalho e identificar prioridades, entre as quais as relacionadas com a realização de atividades na área de projetos, nos termos do Artigo 33, e de estudos, pesquisas e relatórios, nos termos do Artigo 32. As prioridades identificadas no plano de ação deverão estar refletidas no programa de atividades e no Orçamento Administrativo aprovados pelo Conselho.
- 5) O Conselho manterá a documentação necessária ao desempenho



das funções que o presente Acordo lhe atribui, e todos os outros registros que considere convenientes.

19

Apresentação: 12/05/2023 18:04:00.000 - Mesa

MSC n.208/2023



ARTIGO 11**Presidente e Vice-Presidente do Conselho**

- 1) O Conselho elegerá, para cada ano cafeeiro, um(a) Presidente e um(a) Vice- Presidente, que não serão pagos(as) pela Organização.
- 2) O(A) Presidente será eleito(a) seja dentre os representantes dos Membros exportadores, seja dentre os representantes dos Membros importadores, e o(a) Vice- Presidente será eleito(a) dentre os representantes da outra categoria de Membros. Esses cargos serão desempenhados alternadamente, a cada ano cafeeiro, por Membros das duas categorias.
- 3) Nem o(a) Presidente, nem o(a) Vice-Presidente no exercício da presidência, terá direito de voto. Nesse caso, o(a) respectivo(a) suplente exercerá os direitos de voto do Membro.

ARTIGO 12**Sessões do Conselho**

- 1) O Conselho realizará duas sessões ordinárias por ano e sessões extraordinárias, se assim o decidir. Poderá realizar sessões extraordinárias a pedido de quaisquer 10 Membros. As sessões do Conselho serão convocadas com uma antecedência de pelo menos 30 dias, exceto em casos de emergência, quando a convocação deverá ser feita com uma antecedência de pelo menos 10 dias.
- 2) As sessões serão realizadas na sede da Organização, a menos que o Conselho decida de outra forma. Se um Membro convidar o Conselho a se reunir em seu território, e o Conselho estiver de acordo, o Membro deverá arcar com as despesas a cargo da Organização que ultrapassem as de uma sessão realizada na sede da Organização.
- 3) O Conselho poderá convidar qualquer país não-membro ou qualquer das organizações a que fazem referência os Artigos 16 e 17 a participar de qualquer de suas sessões na qualidade de observador. Em cada sessão o Conselho decidirá sobre a admissão de observadores.



21

4) O quórum para adotar decisões em uma sessão do Conselho consistirá na presença de mais da metade do número dos Membros exportadores e importadores que respectivamente disponham de pelo menos dois terços dos votos de cada categoria. Se na hora marcada para a abertura de uma sessão do Conselho ou de qualquer reunião plenária não houver quórum,



o(a) Presidente deverá adiar a abertura da sessão ou reunião plenária por um mínimo de duas horas. Se ainda não houver quórum à nova hora fixada, o(a) Presidente poderá adiar mais uma vez a abertura da sessão ou reunião plenária por mais duas horas no mínimo. Se no final desse novo adiamento ainda não houver quórum, o Conselho deixará para sua próxima sessão a matéria a respeito da qual é preciso decidir.

ARTIGO 13

Votos

- 1) Os Membros exportadores disporão conjuntamente de 1.000 votos, e os Membros importadores disporão conjuntamente de 1.000 votos, distribuídos entre os Membros de cada categoria, como disposto nos parágrafos seguintes deste Artigo.
- 2) Cada Membro disporá de cinco votos básicos.
- 3) Os votos restantes dos Membros exportadores serão divididos entre esses Membros como segue: 50 por cento proporcionalmente ao volume médio das respectivas exportações de café; e 50 por cento proporcionalmente ao valor médio das respectivas exportações de café.
- 4) Os votos restantes dos Membros importadores serão divididos entre esses Membros como segue: 50 por cento proporcionalmente ao volume médio das respectivas importações de café; e 50 por cento proporcionalmente ao valor médio das respectivas importações de café.
- 5) A União Europeia ou qualquer organização intergovernamental a que faz referência o parágrafo 3 do Artigo 4 disporá de votos como Membro único. Ela disporá de cinco votos básicos e de votos adicionais de acordo com o volume e o valor médios de suas importações ou exportações de café. Se ela for categorizada como Membro exportador nos termos do parágrafo 7 do Artigo 2, seus votos serão calculados de acordo com o parágrafo 3 deste Artigo. Se ela for categorizada como Membro importador nos termos do parágrafo 8 do Artigo 2, seus votos serão calculados de acordo com o parágrafo 4 deste Artigo.
- 6) Para os fins deste Artigo, exportações e importações de café serão interpretadas como referindo-se a embarques de qualquer origem e para qualquer destino, respectivamente, nos quatro anos civis precedentes.



7) Para os fins deste Artigo, no caso da União Europeia ou de qualquer organização intergovernamental a que faz referência o parágrafo 3 do Artigo 4, exportações serão interpretadas como incluindo a soma das exportações para todos os destinos, inclusive



internamente, e importações como incluindo a soma das importações de todas as origens, inclusive internamente.

8) A distribuição de votos será determinada pelo Conselho, nos termos deste Artigo, no início de cada ano cafeeiro, permanecendo em vigor durante esse ano, exceto nos casos previstos no parágrafo 9 deste Artigo.

9) Sempre que ocorrer qualquer modificação no número de Membros da Organização, ou forem suspensos ou restabelecidos, nos termos do Artigo 22, os direitos de voto de um Membro, o Conselho procederá à redistribuição dos votos, nos termos deste Artigo.

10) Nenhum Membro poderá dispor de dois terços ou mais dos votos de sua categoria.

11) Não se admitirá fração de voto.

ARTIGO 14

Procedimento de votação no Conselho

1) Cada Membro poderá emitir todos os votos de que dispõe, mas não os poderá dividir. No entanto, um Membro poderá emitir de forma diferente os votos que lhe sejam atribuídos nos termos do parágrafo 2 deste Artigo.

2) Todo Membro exportador poderá autorizar por escrito outro Membro exportador, e todo Membro importador poderá autorizar por escrito outro Membro importador a representar seus interesses e exercer seus direitos de voto em qualquer reunião ou reuniões do Conselho.

ARTIGO 15

Decisões do Conselho

1) O Conselho se empenhará em adotar todas as suas decisões e formular todas as suas recomendações por consenso. Se não for possível alcançar consenso, o Conselho adotará decisões e formulará recomendações por maioria distribuída de 70 por cento ou mais dos votos



25

dos Membros exportadores presentes e votantes, e 70 por cento ou mais dos votos dos Membros importadores presentes e votantes, contados separadamente.

Apresentação: 12/05/2023 18:04:00.000 - Mesa

MSC n.208/2023



2) A tomada de decisões pelo Conselho por maioria distribuída obedecerá ao seguinte procedimento:

- a) Se a moção não obtiver maioria distribuída em virtude do voto negativo de três Membros exportadores ou menos, ou de três Membros importadores ou menos, ela será novamente submetida a votação dentro de 48 horas, se o Conselho assim o decidir por maioria dos Membros presentes; e
- b) Se, novamente, não obtiver maioria distribuída, a moção será considerada não aprovada.

3) Os Membros se comprometem a aceitar como vinculativas todas as decisões que o Conselho adotar em virtude das disposições do presente Acordo.

ARTIGO 16

Cooperação com outras organizações

1) O Conselho poderá tomar medidas para consultar e cooperar com as Nações Unidas e suas agências especializadas; com outras organizações intergovernamentais apropriadas; e com relevantes organizações internacionais e regionais. Ele deverá tirar o máximo proveito das oportunidades que as diversas fontes de financiamento proporcionem. Entre essas medidas, podem contar-se as de caráter financeiro que o Conselho julgue oportuno tomar para a consecução dos objetivos do presente Acordo. Todavia, com respeito à execução de qualquer projeto que se realize em virtude de tais medidas, a Organização não contrairá obrigações financeiras em consequência de garantias dadas por Membros ou outras entidades. Nenhuma responsabilidade poderá ser imputada a um Membro da Organização, em virtude de sua condição de Membro, pelos empréstimos concedidos ou contraídos por outro Membro ou entidade em conexão com tais projetos.

2) Quando possível, a Organização também poderá solicitar a Membros, a não membros e a agências doadoras e outras agências informações sobre projetos e programas de desenvolvimento focados no setor cafeeiro. Quando oportuno, e com a anuência das partes interessadas, a Organização poderá colocar essas informações à



disposição de tais organizações e dos Membros.

27

Apresentação: 12/05/2023 18:04:00.000 - Mesa

MSC n.208/2023



ARTIGO 17**Cooperação com organizações não governamentais**

Na consecução dos objetivos do presente Acordo, a Organização poderá sem prejuízo do disposto nos Artigos 16, 34, 35 e 37, estabelecer e fortalecer atividades cooperativas com organizações não governamentais e organizações sem fins lucrativos apropriadas que possuam perícia nos aspectos relevantes do setor cafeeiro e com outros especialistas em assuntos cafeeiros.



* C D 2 3 2 7 0 6 3 7 7 0 *

CAPÍTULO VII – DIRETOR(A) EXECUTIVO(A) E EQUIPE

ARTIGO 18

Diretor(a) Executivo(a) e equipe

- 1) O Conselho nomeará o(a) Diretor(a) Executivo(a). As respectivas condições de emprego serão estabelecidas pelo Conselho e deverão ser análogas às de funcionários de igual categoria em organizações intergovernamentais similares.
- 2) O(A) Diretor(a) Executivo(a) será o(a) principal funcionário(a) administrativo(a) da Organização, sendo responsável pelo cumprimento das funções que lhe competem na administração do presente Acordo.
- 3) O(A) Diretor(a) Executivo(a) nomeará a equipe da Organização de acordo com a regulamentação estabelecida pelo Conselho.
- 4) Nem o(a) Diretor(a) Executivo(a) nem qualquer funcionário(a) deverá ter interesses financeiros na indústria, no comércio ou no transporte de café.
- 5) No exercício de suas funções, o(a) Diretor(a) Executivo(a) e a equipe não solicitarão nem receberão instruções de nenhum Membro, nem de nenhuma autoridade estranha à Organização. Deverão se abster se de atos incompatíveis com sua condição de funcionários internacionais, responsáveis unicamente perante a Organização. Os Membros se comprometem a respeitar o caráter exclusivamente internacional das responsabilidades do(a) Diretor(a) Executivo(a) e da equipe, e a não tentar influenciá-los no desempenho de suas funções.



CAPÍTULO VIII – FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 19

Comitê de Finanças e Administração

Um Comitê de Finanças e Administração será constituído. O Conselho determinará sua composição e mandato. Caberá a esse Comitê responsabilidade pela supervisão do preparo do Orçamento Administrativo da Organização a ser submetido à aprovação do Conselho e pela execução de quaisquer outras tarefas que o Conselho lhe atribuir, que incluirão o acompanhamento da receita e da despesa e questões relacionadas com a administração da Organização. O Comitê de Finanças e Administração apresentará relatório sobre seus trabalhos ao Conselho.

ARTIGO 20

Finanças

- 1) As despesas das delegações ao Conselho e dos representantes em qualquer dos comitês do Conselho serão financiadas pelos respectivos Governos.
- 2) As demais despesas necessárias à administração do presente Acordo serão financiadas por contribuições anuais dos Membros, fixadas nos termos do Artigo 21, juntamente com as receitas que se obtenham da venda de serviços específicos aos Membros e da venda de informações e estudos preparados nos termos dos Artigos 30 e 32.
- 3) O exercício financeiro da Organização coincidirá com o ano cafeeiro.

ARTIGO 21

Aprovação do Orçamento Administrativo e fixação das contribuições

- 1) Durante o segundo semestre de cada exercício financeiro, o Conselho aprovará o Orçamento Administrativo da Organização para o exercício financeiro seguinte e fixará a contribuição de cada Membro a esse Orçamento. Um projeto de Orçamento Administrativo será preparado pelo(a) Diretor(a) Executivo(a) sob supervisão do Comitê de Finanças e



31
Administração, nos termos do Artigo 19.

Apresentação: 12/05/2023 18:04:00.000 - Mesa

MSC n.208/2023



2) A contribuição de cada Membro ao Orçamento Administrativo de cada exercício financeiro será calculada como segue: i) 50 por cento com base no valor médio do comércio total e ii) 50 por cento com base no volume médio do comércio total nos quatro anos civis precedentes. Para os fins deste Artigo, "comércio total" refere-se aqui à soma do total das importações e exportações na altura em que o Orçamento Administrativo do exercício financeiro de que se trate for aprovado. Para fixar as contribuições, o número de votos de cada Membro será calculado sem levar em conta a suspensão dos direitos de voto de qualquer Membro nem a redistribuição de votos que dela possa resultar. No entanto, esse cálculo não se aplicará aos Membros cuja participação haja sido suspensa nos termos do parágrafo 4 do Artigo 22, e suas contribuições serão distribuídas entre os demais Membros apenas no exercício financeiro de que se trate.

3) A contribuição inicial de todo Membro que ingresse na Organização depois da entrada em vigor do presente Acordo nos termos do Artigo 46 será fixada pelo Conselho conforme o parágrafo 2 do Artigo 21, com base no período restante do exercício financeiro em curso, permanecendo, porém, inalteradas as contribuições dos outros Membros fixadas para o referido exercício.

4) Cada Membro fará uma contribuição mínima de 0,25 por cento do total do Orçamento Administrativo de cada exercício financeiro.

5) Os Membros cujo comércio total médio de café responda por uma proporção de menos de 0,25 por cento da soma do comércio total médio de todos os Membros em volume e valor só ficarão sujeitos à contribuição mínima a que faz referência o parágrafo 4 acima.

6) A contribuição restante dos Membros será dividida entre todos os Membros, com exceção dos indicados no parágrafo 5 acima, como segue: 50 por cento proporcionalmente ao volume médio de seu comércio total de café; e 50 por cento proporcionalmente ao valor médio de seu comércio total de café.

7) Para os fins deste Artigo, exportações e importações de café serão interpretadas como referindo-se a embarques de qualquer origem e para qualquer destino, respectivamente, nos quatro anos civis precedentes.



8) No caso da União Europeia ou de qualquer organização intergovernamental a que faz referência o parágrafo 3 do Artigo 4, exportações serão interpretadas como incluindo a soma das exportações para todos os destinos, inclusive internamente, e importações como incluindo a soma das importações de todas as origens, inclusive internamente.



ARTIGO 22

Pagamento das contribuições

- 1) As contribuições ao Orçamento Administrativo de cada exercício financeiro serão pagas em moeda livremente conversível e exigíveis no primeiro dia do exercício em apreço.
- 2) Se um Membro não houver pago integralmente sua contribuição ao Orçamento Administrativo dentro de seis meses a contar da data em que tal contribuição é exigível, seus direitos de voto e seu direito de participar de reuniões de comitês especializados serão suspensos até que sua contribuição seja paga integralmente. Todavia, a menos que o Conselho assim o decida, tal Membro não será privado de nenhum outro direito nem eximido de nenhuma das obrigações que lhe caibam em virtude do presente Acordo.
- 3) Os Membros cujos direitos de voto tenham sido suspensos nos termos do parágrafo 2 deste Artigo permanecerão, no entanto, responsáveis pelo pagamento das respectivas contribuições.
- 4) O Conselho, por decisão, suspenderá temporariamente a participação de qualquer Membro que se encontre em atraso persistente de mais de 21 meses de contribuições não pagas. Um Membro que haja sido suspenso temporariamente será dispensado de suas obrigações de contribuir para o Orçamento Administrativo da Organização, mas continuará a responder por todas as demais obrigações financeiras que lhe caibam em virtude do presente Acordo. Ao pagar integralmente suas contribuições em atraso ou ao ser aprovado um plano de pagamento pelo Conselho, esse Membro recuperará seus direitos de participação. Todo pagamento feito por um Membro que se encontre em atraso será creditado primeiro às contribuições que ele deva há mais tempo.

ARTIGO 23

Responsabilidades financeiras

- 1) A Organização, funcionando da forma especificada no parágrafo 3 do Artigo 7, não terá poderes para contrair obrigações alheias ao âmbito do presente Acordo, e não se entenderá que tenha sido autorizada pelos



Membros a fazê-lo; em particular, ela não estará capacitada a obter empréstimos. No exercício de seu poder de contratar, a Organização deverá inserir em seus contratos as disposições deste Artigo, para que delas tenham conhecimento as demais partes que com ela estejam contratando; todavia, a ausência dessas disposições em tais contratos não os invalidará nem os tornará *ultra vires*.



2) As responsabilidades financeiras de um Membro se limitarão a suas obrigações com respeito às contribuições expressamente estipuladas no presente Acordo. Entender-se-á que os terceiros que tratem com a Organização têm conhecimento das disposições do presente Acordo acerca das responsabilidades financeiras dos Membros.

ARTIGO 24

Auditoria e publicação das contas

O mais cedo possível e no máximo seis meses após o encerramento de cada exercício financeiro, preparar-se-á uma demonstração, verificada por auditores externos, do ativo e passivo e das receitas e despesas da Organização durante o referido exercício financeiro. Essa demonstração deverá ser submetida à aprovação do Conselho em sua próxima sessão.



* C D 2 3 2 7 0 6 3 7 7 0 *

CAPÍTULO IX – ECONOMIA

ARTIGO 25

Comitê de Economia

Será estabelecido um Comitê de Economia, que será responsável por questões relacionadas com: promoção e desenvolvimento do mercado; transparência do mercado, informações estatísticas, estudos e pesquisas; projetos; desenvolvimento sustentável; e financiamento do setor cafeeiro. O Conselho determinará a composição e o mandato do Comitê de Economia, em acréscimo ao disposto nos Artigos 33 e 38.

ARTIGO 26

Remoção de obstáculos ao comércio e ao consumo

- 1) Os Membros reconhecem a necessidade de tornar a cadeia produtiva mais eficiente, remover atuais obstáculos e evitar novos obstáculos que possam entravar a produção, o comércio e o consumo de café.
- 2) Um Membro deverá regular seu setor cafeeiro de maneira a alcançar objetivos nacionais de saúde, meio ambiente e renda condigna compatíveis com os compromissos e obrigações que lhe caibam em virtude de acordos internacionais e dos ODSs das Nações Unidas, entre os quais os relacionados com o comércio internacional e regional.
- 3) Os Membros reconhecem que há atualmente medidas que, em maior ou menor grau, podem entravar o aumento do consumo de café, em particular:
 - a) Regimes de importação aplicáveis ao café, inclusive tarifas preferenciais ou de outra natureza, quotas, operações de monopólios governamentais e de agências oficiais de compra, e outras normas administrativas e práticas comerciais;
 - b) Regimes de exportação, no que diz respeito a subsídios diretos ou indiretos, e outras normas administrativas e práticas comerciais; e
 - c) Condições de comercialização e disposições legais e



administrativas internas e regionais que podem afetar o consumo e tornar a cadeia produtiva ineficiente.

4) Tendo presentes os objetivos acima mencionados e as disposições do parágrafo 5 deste Artigo, os Membros esforçar-se-ão para reduzir as tarifas aplicáveis ao café e tomar outras medidas destinadas à remoção dos obstáculos ao aumento do consumo.



5) Levando em consideração seus interesses mútuos, os Membros se comprometem a buscar os meios necessários, para que os obstáculos ao desenvolvimento do comércio e do consumo mencionados no parágrafo 3 deste Artigo possam ser progressivamente reduzidos e, finalmente, sempre que possível, eliminados, ou para que os efeitos desses obstáculos sejam consideravelmente atenuados.

6) Levando em consideração seus interesses mútuos, os Membros se comprometem a buscar meios para mitigar a volatilidade de preços através de regulamentação apropriada.

7) Levando em consideração os compromissos assumidos nos termos do parágrafo 5 deste Artigo, os Membros comunicarão anualmente ao Conselho todas as medidas que tenham adotado para dar cumprimento às disposições deste Artigo.

8) O(A) Diretor(a) Executivo(a) preparará e distribuirá a todos os Membros anualmente um estudo, a ser analisado pelo Conselho, sobre os obstáculos ao comércio e ao consumo relacionados com o café, bem como sobre as distorções do mercado que causam a volatilidade de preços e afetam a obtenção de uma renda condigna e próspera ou a distribuição de valor, em particular para os cafeicultores e outros produtores.

9) Para promover os objetivos deste Artigo, o Conselho poderá formular recomendações aos Membros, que, o mais cedo possível, apresentarão relatório ao Conselho sobre as medidas que tenham adotado para implementar essas recomendações.

ARTIGO 27

Promoção e desenvolvimento de mercado

1) Os Membros reconhecem os benefícios, tanto para os Membros exportadores quanto importadores, dos esforços para promover o consumo, melhorar a qualidade do produto e desenvolver mercados para o café, nos Membros exportadores inclusive.

2) As atividades de promoção e desenvolvimento de mercado poderão incluir campanhas de informação e promoção, pesquisas, construção de



capacidade e estudos referentes à produção e ao consumo de café, incluindo o Dia Internacional do Café.

3) Essas atividades poderão ser incluídas no programa de atividades ou entre as atividades na área de projetos da Organização a que faz referência o Artigo 33 e poderão ser financiadas por contribuições voluntárias dos Membros, de não-membros, de outras organizações e do Setor Privado.



ARTIGO 28

Medidas relativas ao café processado

Os Membros reconhecem que os países em desenvolvimento necessitam ampliar as bases de suas economias, por meio, *inter alia*, da industrialização e da exportação de produtos manufaturados, inclusive no tocante ao processamento de café e à exportação de café processado, nas formas mencionadas nas alíneas "d", "e", "f", "g" e "h" do parágrafo 1 do Artigo 2. A esse respeito, os Membros deverão evitar a adoção de medidas governamentais que possam causar perturbações ao setor cafeeiro dos outros Membros.

ARTIGO 29

Misturas e substitutos

- 1) Os Membros não manterão em vigor qualquer regulamentação que exija a mistura, o processamento ou a utilização de outros produtos com o café, para revenda comercial como café. Os Membros se esforçarão para proibir a venda e a propaganda, sob o nome de café, de produtos que contenham menos do equivalente a 95 por cento de café verde como matéria-prima básica. No entanto, este parágrafo não se aplicará ao café pré-misturado de que trata a alínea "h" do parágrafo 1 do Artigo 2.
- 2) O(A) Diretor(a) Executivo(a) apresentará ao Conselho um relatório periódico sobre a observância das disposições deste Artigo.

ARTIGO 30

Informações estatísticas

- 1) A Organização atua como centro para a compilação, o intercâmbio e a publicação de:
 - a) Informações estatísticas relativas à produção, aos preços, às exportações, importações e reexportações, à distribuição e ao consumo de café no mundo, entre as quais informações estatísticas relativas à produção, ao consumo, ao comércio e aos preços de cafés em diferentes categorias de mercado,



quando possível por tipo de café, e de produtos que contêm café; e

- b) Informações técnicas sobre o cultivo, os custos de produção, o processamento e a utilização de café, na medida que se considere apropriada.



2) O Conselho poderá solicitar aos Membros as informações que considere necessárias a suas atividades, inclusive relatórios estatísticos periódicos sobre produção, tendências da produção, exportações, importações e reexportações, distribuição, consumo, estoques e preços do café, bem como sobre o regime fiscal aplicável ao café, mas não publicará qualquer informação que permita identificar as atividades de pessoas ou empresas que produzam, industrializem ou comercializem café. Os Membros, na medida do possível, prestarão as informações solicitadas da maneira mais minuciosa, pontual e precisa que puderem.

3) O Conselho estabelecerá um sistema de preços indicativos, em que se estipulará a publicação de um preço indicativo composto diário que reflita as condições reais do mercado.

4) Se um Membro deixar de prestar ou encontrar dificuldades em prestar informações estatísticas e outras informações requeridas pela Organização para seu funcionamento apropriado dentro do prazo estabelecido pelo Conselho, o Conselho poderá solicitar a esse Membro que explique as razões da não observância. O Membro também poderá comunicar suas dificuldades ao Conselho e solicitar assistência técnica.

5) Caso se constate a necessidade de assistência técnica com respeito a esta questão, ou caso um Membro não haja fornecido por dois anos consecutivos as informações estatísticas que lhe cabe fornecer nos termos do parágrafo 2 deste Artigo, nem haja buscado a assistência do Conselho ou explicado as razões da não observância, o Conselho poderá tomar iniciativas que resultem no fornecimento, pelo Membro, das informações que lhe cabe fornecer.

ARTIGO 31

Certificados de Origem

1) A fim de facilitar a compilação de dados estatísticos sobre o comércio cafeeiro internacional e de apurar as quantidades de café que foram exportadas por cada Membro exportador, a Organização estabelecerá um sistema de Certificados de Origem, governado por regulamentação aprovada pelo Conselho.



2) Toda exportação de café feita por um Membro exportador será amparada por um Certificado de Origem válido. Os Certificados de Origem serão emitidos, de acordo com a regulamentação estabelecida pelo Conselho, pelas agências qualificadas escolhidas pelo Membro e aprovadas pela Organização. A Organização, periodicamente, também examinará as informações contidas nos Certificados de Origem à luz das condições mutáveis do consumo e do comércio internacional.

44



3) Todo Membro exportador comunicará à Organização quais são as agências governamentais ou não governamentais responsáveis pelo desempenho das funções especificadas no parágrafo 2 deste Artigo. A Organização aprovará especificamente as agências não governamentais, de acordo com a regulamentação aprovada pelo Conselho.

4) Em caráter excepcional e com a devida justificativa, um Membro exportador poderá apresentar pedido de permissão, a ser aprovado pelo Conselho, para que os dados fornecidos nos Certificados de Origem acerca de suas exportações sejam transmitidos à Organização por outro método.

ARTIGO 32

Estudos, pesquisas e relatórios

1) Com o objetivo de auxiliar os Membros, a Organização promoverá o preparo de estudos, pesquisas, relatórios técnicos e outros documentos relativos a aspectos relevantes do setor cafeeiro.

2) No âmbito desse trabalho poderão incluir-se a economia da produção e distribuição de café, a análise da cadeia de valor do café, o impacto das mudanças climáticas, métodos de gestão de riscos financeiros e outros tipos de risco, o impacto das políticas governamentais sobre a produção e o consumo de café, aspectos da sustentabilidade do setor cafeeiro, elos entre o café e a saúde e oportunidades para a expansão de mercados de café para usos tradicionais e não tradicionais, bem como outros tópicos que o Conselho considere relevantes.

3) As informações coletadas, compiladas, analisadas e divulgadas também poderão incluir, quando tecnicamente viável:

- a) Quantidades e preços de cafés em relação a fatores como diferentes áreas geográficas, famílias, comunidades locais e condições de produção;
- b) Informações sobre estruturas de mercado, mercados de nicho e tendências emergentes da produção e do consumo; e
- c) Estudos relacionados com o progresso da questão de uma renda digna e próspera.

4) Com o objetivo de implementar as disposições do parágrafo 1 deste Artigo, o Conselho examinará os estudos, pesquisas e relatórios a serem



incluídos no programa anual de atividades, com a estimativa dos recursos necessários, dando especial atenção aos pequenos e médios agricultores e outros produtores. Essas atividades serão financiadas com recursos do Orçamento Administrativo ou procedentes de fontes extraorçamentárias.



5) A Organização dará especial prioridade a facilitar o acesso a informações pelos pequenos e médios agricultores e outros produtores, para ajudá-los a melhorar sua sustentabilidade, produtividade e desempenho financeiro, inclusive no tocante a gestão de crédito e risco.



CAPÍTULO X – ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO NA ÁREA DE PROJETOS

ARTIGO 33

Elaboração e financiamento de projetos

- 1) Os Membros e o(a) Diretor(a) Executivo(a) poderão apresentar propostas de projetos ao Conselho através do Comitê de Economia. Essas propostas deverão contribuir para a consecução dos objetivos do presente Acordo e para uma ou mais das áreas de trabalho prioritárias especificadas no plano de ação estratégico e no programa de atividades anual aprovados pelo Conselho nos termos do Artigo 10.
- 2) O Conselho estabelecerá e atualizará procedimentos e mecanismos para a apresentação, avaliação, aprovação e financiamento de projetos, bem como para sua implementação, acompanhamento e avaliação, e para a divulgação ampla de seus resultados. O Comitê de Economia será responsável pela execução desses procedimentos e mecanismos e pela apresentação de recomendações ao Conselho.
- 3) Em cada sessão do Conselho, o(a) Diretor(a) Executivo(a) apresentará relatório sobre a situação de todos os projetos aprovados pelo Conselho, entre os quais os que aguardam financiamento, os que estão em fase de implementação, ou os que tenham sido concluídos desde a sessão anterior do Conselho.
- 4) A Organização se esforçará para cooperar com outras organizações internacionais, com instituições financeiras, agências multilaterais e bilaterais de desenvolvimento e com doadores públicos e privados, a fim de obter assistência e apoio financeiro para a execução de programas, projetos e atividades de interesse para a economia cafeeira, conforme apropriado.



CAPÍTULO XI – SETOR CAFEEIRO PRIVADO

ARTIGO 34

Junta de Membros Afiliados

- 1) A Junta de Membros Afiliados (JMA) será um órgão consultivo, que poderá fazer recomendações ao Conselho mediante solicitação, assim como convidar o Conselho e seus órgãos subsidiários a incluir em suas ordens do dia questões relacionadas com o presente Acordo e com a situação do setor cafeeiro mundial e a decidir sobre elas.
- 2) A JMA será integrada por todos os Membros Afiliados.
- 3) A JMA terá um(a) Presidente e um(a) Vice-Presidente, eleitos(as) dentre seus membros por um período de um ano. Esses titulares poderão ser reeleitos. O(A) Presidente e o(a) Vice-Presidente não serão remunerados(as) pela Organização.
- 4) O(A) Presidente e o(a) Vice-Presidente da JMA serão convidados(as) pelo Conselho a participar das reuniões do Conselho e terão o direito de falar.
- 5) O(A) Presidente e o(a) Vice-Presidente da JMA representarão a Junta no Grupo de Trabalho Público-Privado do Café (GTPPC).
- 6) A JMA, em condições normais, reunir-se-á na sede da Organização antes das sessões ordinárias do Conselho e evitando conflitos de horário com as mesmas. Se um Membro convidar o Conselho a se reunir em seu território, e o Conselho aceitar, a JMA também se reunirá nesse território, e nesse caso as despesas que ultrapassem as de uma reunião realizada na sede da Organização deverão ser cobertas pelo país ou organização do Setor Privado que atua como anfitrião da reunião.
- 7) A JMA poderá realizar reuniões extraordinárias, condicionadas a aprovação do Conselho.
- 8) A JMA estabelecerá suas próprias normas de procedimento, compatíveis com as disposições do presente Acordo.



ARTIGO 35

Grupo de Trabalho Público-Privado do Café – GTPPC

- 1) O Grupo de Trabalho Público-Privado do Café (adiante referido como GTPPC) é um mecanismo multiparticipativo de parceria público-privada cujo objetivo é identificar e implementar medidas práticas e com limites de tempo para tratar de questões relacionadas com os níveis de preços, a volatilidade dos preços e a sustentabilidade do setor cafeeiro no longo prazo.
- 2) O GTPPC deverá:
 - a) Construir consenso em torno de questões e ações prioritárias a serem submetidas à apreciação do Conselho e compartilhadas com o Fórum dos CEOs e Líderes Globais (FCLG);
 - b) Conduzir o diálogo público-privado e acompanhar o avanço de compromissos relativos às questões dos níveis de preços, volatilidade dos preços e sustentabilidade do setor cafeeiro no longo prazo;
 - c) Impulsionar a continuação do desenvolvimento e operacionalização de compromissos e iniciativas aprovadas pelo Conselho com respeito às questões dos níveis de preços e da sustentabilidade do setor cafeeiro no longo prazo; e
 - d) Desenvolver continuamente uma visão compartilhada e a agenda para o diálogo público-privado, tratando de questões prementes que dizem respeito ao setor cafeeiro, esclarecendo expectativas e identificando oportunidades e recursos para ação compartilhada.
- 3) O GTPPC será composto por delegados designados pelo Conselho e por representantes do Setor Privado, em números iguais. Representantes da Sociedade Civil e de organizações internacionais poderão juntar-se ao GTPPC nas condições que o Conselho estabelecer.
- 4) O(A) Diretor(a) Executivo(a) atuará como secretário(a) *ex-officio* do GTPPC, com um(a) funcionário(a) designado(a) servindo como suplente e atuando em seu nome sempre que necessário.
- 5) O GTPPC estabelecerá suas próprias normas de procedimento,

Autenticado eletronicamente após conferência com o original.

Acordo Internacional do Café



compatíveis com as disposições do presente Acordo e com os Termos de Referência aprovados pelo Conselho.

6) O GTPPC estabelecerá seus próprios mecanismos para engajar interessados do setor cafeeiro público e privado, parceiros em desenvolvimento e a Sociedade Civil na avaliação de questões prioritárias e na identificação de melhores práticas e soluções.



7) O GTPPC, a intervalos regulares, apresentará relatórios e suas deliberações e recomendações ao Conselho, para apreciação.

ARTIGO 36

Engajamento, integração e inclusão

1) O Conselho e seus órgãos subsidiários, entre os quais o GTPPC, possibilitarão, conforme o caso, aos Membros Afiliados e a organizações internacionais:

- a) Oferecer análise especializada de questões, utilizando diretamente como base a respectiva experiência prática;
- b) Atuar como agentes de alerta precoce;
- c) Contribuir para a conscientização pública de questões relevantes;
- d) Contribuir para o avanço dos objetivos do presente Acordo; e
- e) Contribuir com informações relevantes para os eventos da Organização.

2) Reconhecendo também que a Organização proporcionará aos Membros Afiliados oportunidades de ser ouvidos por uma plateia mais ampla e contribuir para os programas da Organização, os Membros Afiliados poderão:

- a) Participar das atividades da Organização, com a aprovação do Conselho, ou das que são especificadas no programa de atividades;
- b) Obter e compartilhar informações, conhecimentos e boas práticas com os Membros e com outros Membros Afiliados através das ferramentas colaborativas que a Organização lhes proporcione ou de outros meios;
- c) Participar de conferências e eventos internacionais afiliados à OIC;
- d) Fazer declarações escritas e orais nesses eventos;
- e) Organizar eventos colaterais;
- f) Acessar informações e dados; e
- g) Ter oportunidades de interagir e influenciar, visando a expandir os respectivos contatos e base de conhecimentos para explorar possíveis parcerias com uma variedade de interessados.



ARTIGO 37

Conferência Mundial do Café

- 1) O Conselho tomará providências para, a intervalos apropriados, realizar uma Conferência Mundial do Café (adiante referida como "Conferência"), que será integrada por Membros exportadores e importadores, representantes do Setor Privado e outros participantes interessados, inclusive participantes de países não-membros. O Conselho, em coordenação com o(a) Presidente da Conferência, deverá assegurar-se de que a Conferência contribuirá para promover os objetivos do presente Acordo.
- 2) A Conferência terá um(a) Presidente, que não será remunerado(a) pela Organização. O(A) Presidente será designado(a) pelo Conselho por um período apropriado e será convidado(a) a participar das sessões do Conselho na qualidade de observador(a).
- 3) O Conselho decidirá sobre a forma, o título, a temática e a época da Conferência, dando conhecimento dos mesmos à Junta de Membros Afiliados e ao Grupo de Trabalho Público-Privado do Café. A Conferência, em condições normais, realizar-se-á na sede da Organização, durante uma sessão do Conselho. Em caso de aceitação pelo Conselho de convite feito por um Membro para reunir-se em seu território, a Conferência também poderá realizar-se no referido território, e nesse caso as despesas que ultrapassem as de uma sessão realizada na sede da Organização deverão ser cobertas pelo país que atua como anfitrião da sessão.
- 4) A menos que o Conselho decida de outra forma, a Conferência será autofinanciável.
- 5) O(A) Presidente apresentará relatório ao Conselho sobre as conclusões da Conferência.

ARTIGO 38

Financiamento do setor cafeeiro

O Comitê de Economia facilitará as consultas sobre tópicos

relacionados com mecanismos de financiamento e gestão de risco no setor cafeeiro, enfatizando, em particular, as necessidades dos pequenos e médios produtores, agricultores e comunidades locais nas áreas de cafeicultura.



CAPÍTULO XII – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 39

Preparativos para um novo Acordo

- 1) O Conselho poderá examinar a possibilidade de negociar um novo Acordo Internacional do Café.
- 2) Para cumprir esta disposição, o Conselho deverá examinar o progresso obtido pela Organização na consecução dos objetivos do presente Acordo especificados no Artigo 1.



* C D 2 3 2 7 0 6 3 7 7 0 *

CAPÍTULO XIII – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ARTIGO 40

Setor cafeeiro sustentável

1) Os Membros priorizarão devidamente o manejo sustentável dos recursos e processamento do café, tendo em conta, de maneira equilibrada e integrada, os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões – econômica, social e ambiental – expressos nos ODSs das Nações Unidas e adotados por outras iniciativas correlatas que têm sido endossadas pelos Membros.

2) A Organização poderá, mediante solicitação, ajudar os Membros a desenvolver sustentavelmente seu setor cafeeiro, com o objetivo de promover a prosperidade dos cafeicultores e de todas as partes interessadas do setor, melhorando a produtividade, qualidade, resiliência e rentabilidade na cadeia de valor do café, em benefício, particularmente, dos pequenos agricultores e outros pequenos produtores de café.

ARTIGO 41

Padrões de vida e condições de trabalho

Os Membros deverão considerar a melhoria dos padrões de vida e condições de trabalho das populações que se dedicam ao setor cafeeiro, de forma compatível com seu nível de desenvolvimento, tendo em conta princípios internacionalmente reconhecidos e normas aplicáveis com respeito a estas questões. Além disso, os Membros convencionam que não se deverá fazer uso de normas trabalhistas para fins comerciais protecionistas.



CAPÍTULO XIV – CONSULTAS, CONTROVÉRSIAS E RECLAMAÇÕES

ARTIGO 42

Consultas

Todo Membro acolherá favoravelmente as diligências que possam ser feitas por outro Membro sobre qualquer questão relacionada com o presente Acordo e proporcionará oportunidades adequadas para a realização de consultas a elas relativas. No decurso de tais consultas, a pedido de qualquer das partes, e com o assentimento da outra, o(a) Diretor(a) Executivo(a) constituirá uma comissão independente, que utilizará seus bons ofícios para conciliar as partes. As despesas dessa comissão não serão imputadas à Organização. Se uma das partes não aceitar que o(a) Diretor(a) Executivo(a) constitua a comissão, ou se as consultas não conduzirem a uma solução, a questão poderá ser encaminhada ao Conselho, nos termos do Artigo 43. Se as consultas conduzirem a uma solução, será apresentado relatório ao(à) Diretor(a) Executivo(a), que o distribuirá a todos os Membros.

ARTIGO 43

Controvérsias e reclamações

- 1) Toda controvérsia relativa à interpretação ou aplicação do presente Acordo que não seja resolvida por negociação será, a pedido de qualquer Membro que seja parte da controvérsia, encaminhada ao Conselho para decisão.
- 2) O Conselho estabelecerá um procedimento para a resolução de controvérsias e reclamações.



CAPÍTULO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 44

Assinatura e ratificação, aceitação ou aprovação

- 1) Exceto quando de outra forma estipulado, de 6 de outubro de 2022 a 30 de abril de 2023 inclusive, o presente Acordo ficará aberto, na sede do Depositário, para assinatura pelas Partes Contratantes do Acordo Internacional do Café de 2007 e pelos Governos que tenham sido convidados a participar das sessões do Conselho nas quais o presente Acordo foi aprovado.
- 2) O presente Acordo ficará sujeito a ratificação, aceitação ou aprovação pelos Governos signatários, consoante seus respectivos procedimentos jurídicos.
- 3) Excetuando o disposto no Artigo 46, os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto ao Depositário até 31 de julho de 2023. O Conselho, contudo, poderá decidir conceder prorrogações de prazo a Governos signatários que se vejam impossibilitados de efetuar o referido depósito até aquela data. As decisões nesse sentido serão transmitidas pelo Conselho ao Depositário.
- 4) Uma vez efetuada a assinatura e ratificação, aceitação ou aprovação, ou notificação de aplicação provisória, a União Europeia depositará uma declaração junto ao Depositário, confirmando sua competência exclusiva nas questões regidas pelo presente Acordo. Os Estados-Membros da União Europeia não poderão tornar-se Partes Contratantes do Acordo.

ARTIGO 45

Aplicação provisória

Um Governo signatário que tencione ratificar, aceitar ou aprovar o presente Acordo poderá, a qualquer momento, notificar ao Depositário que passará a aplicar provisoriamente o presente Acordo, consoante seus procedimentos jurídicos.

ARTIGO 46

Autenticidade Eletronicamente atestada em conferência com o original.

Acordo Internacional do Café



* C D 2 3 2 7 0 6 3 7 7 0 *

Entrada em vigor

- 1) O presente Acordo entrará definitivamente em vigor quando os Governos signatários que disponham de pelo menos dois terços dos votos dos Membros exportadores e os Governos signatários que disponham de pelo menos dois terços dos votos dos Membros



importadores, segundo cálculo feito em 6 de junho de 2022, sem referência a uma eventual suspensão nos termos do Artigo 22, houverem depositado seus instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação. Alternativamente, o presente Acordo entrará definitivamente em vigor a qualquer momento, desde que se encontre provisoriamente em vigor nos termos do parágrafo 2 deste Artigo, e que os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação depositados satisfaçam os referidos requisitos de porcentagem.

2) Caso não tenha entrado definitivamente em vigor até 31 de julho de 2023, o presente Acordo entrará em vigor provisoriamente nessa data, ou em qualquer data dentro dos 12 meses subsequentes, se os Governos signatários que disponham dos votos a que faz referência o parágrafo 1 deste Artigo houverem depositado instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação, ou feito notificações ao Depositário nos termos do Artigo 45.

3) Caso tenha entrado em vigor provisoriamente mas não definitivamente até 31 de julho de 2024, o presente Acordo deixará de vigorar provisoriamente, a menos que os Governos signatários que houverem depositado instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação, ou feito notificações ao Depositário nos termos do Artigo 45 decidam, por consentimento mútuo, que ele continuará em vigor provisoriamente por um período específico. Esses Governos signatários também poderão decidir, por consentimento mútuo, que o presente Acordo entrará em vigor definitivamente entre eles.

4) Caso o presente Acordo não tenha entrado em vigor definitivamente ou provisoriamente até 31 de julho de 2024 conforme o disposto nos parágrafos 1 ou 2 deste Artigo, os Governos signatários que houverem depositado instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação, consoante sua legislação, poderão, por consentimento mútuo, decidir que ele entrará em vigor definitivamente entre eles.

ARTIGO 47

Adesão

1) Exceto quando de outra forma estipulado no presente Acordo, o



61

Governo de qualquer Estado-Membro das Nações Unidas ou de qualquer de suas agências especializadas ou qualquer organização intergovernamental a que faz referência o parágrafo 3 do Artigo 4 poderá aderir ao presente Acordo, consoante os procedimentos que o Conselho estabelecer.

2) Os instrumentos de adesão serão depositados junto ao Depositário. A adesão vigorará a partir do depósito do instrumento.



3) Uma vez efetuado o depósito de um instrumento de adesão, qualquer organização intergovernamental a que faz referência o parágrafo 3 do Artigo 4 deverá depositar uma declaração confirmando sua competência exclusiva nas questões regidas pelo presente Acordo. Os Estados-Membros de tal organização não terão o direito de tornar-se Partes Contratantes do presente Acordo.

ARTIGO 48

Reservas

Nenhuma das disposições do presente Acordo poderá ser objeto de reservas.

ARTIGO 49

Retirada voluntária

Toda Parte Contratante poderá se retirar do presente Acordo a qualquer momento, mediante notificação escrita ao Depositário. A retirada se tornará efetiva 90 dias após o recebimento da notificação.

ARTIGO 50

Exclusão

O Conselho poderá excluir um Membro da Organização, caso decida que esse Membro infringiu as obrigações decorrentes do presente Acordo e que tal infração prejudica seriamente o funcionamento do presente Acordo. O Conselho notificará imediatamente essa decisão ao Depositário. 90 dias após a decisão do Conselho, o Membro deixará de pertencer à Organização e de ser Parte do presente Acordo.

ARTIGO 51

Liquidação de contas com Membros que se retirem ou sejam excluídos

1) O Conselho estabelecerá a liquidação de contas com todo Membro que se retire ou seja excluído. A Organização reterá as importâncias já pagas pelo Membro em apreço, que ficará obrigado a pagar quaisquer importâncias que deva à Organização na data em que tal retirada ou exclusão se tornar efetiva; todavia, no caso de uma Parte Contratante



63

não poder aceitar uma emenda e, conseqüentemente, deixar de participar do presente Acordo nos termos do parágrafo 2 do Artigo 53, o Conselho poderá estabelecer a liquidação de contas que considere equitativa.

Apresentação: 12/05/2023 18:04:00.000 - Mesa

MSC n.208/2023



2) O Membro que tenha deixado de participar do presente Acordo não terá direito a qualquer parcela resultante da liquidação da Organização ou de outros haveres desta, nem será responsável pelo pagamento de qualquer parte do déficit que possa existir no término do presente Acordo.

ARTIGO 52

Vigência e término

1) O presente Acordo permanecerá em vigor até que o Conselho decida terminá-lo com amparo nas disposições do parágrafo 3 deste Artigo.

2) O Conselho fará a revisão do presente Acordo a cada cinco anos após a entrada em vigor do presente Acordo, se necessário, ou sempre que surja a necessidade, em particular para atender e responder a novos desafios e oportunidades e tomar decisões, conforme apropriado.

3) A qualquer momento, o Conselho poderá decidir terminar o presente Acordo e, se assim o decidir, fixará a data da entrada em vigor de sua decisão.

4) Não obstante o término do presente Acordo, o Conselho continuará em existência pelo tempo que for preciso para tomar as decisões que se requeiram durante o período necessário para liquidar a Organização, fechar suas contas e dispor de seus haveres.

5) Toda decisão tomada com respeito ao término do presente Acordo e toda notificação recebida pelo Conselho nos termos deste Artigo deverão ser devidamente transmitidas ao Depositário pelo Conselho.

ARTIGO 53

Emenda

1) O Conselho poderá propor uma emenda ao Acordo e comunicará tal proposta a todas as Partes Contratantes. A emenda entrará em vigor para todos os Membros da Organização 100 dias depois que o Depositário houver recebido notificações de aceitação de Partes Contratantes que



65
disponham de pelo menos dois terços dos votos dos Membros exportadores, e de Partes Contratantes que disponham de pelo menos dois terços dos votos dos Membros importadores. A proporção de dois terços aqui referida será calculada com base no número de Partes Contratantes do Acordo no momento em que a proposta da



emenda for distribuída às Partes Contratantes de que se trate, para aceitação. O Conselho estabelecerá um prazo dentro do qual as Partes Contratantes deverão notificar ao Depositário sua aceitação da emenda e dará conhecimento desse prazo a todas as Partes Contratante e ao Depositário. Se, ao expirar o prazo, não houverem sido obtidas as porcentagens necessárias para a entrada em vigor da emenda, esta será considerada como retirada.

2) A menos que o Conselho decida de outra forma, toda Parte Contratante que não haja notificado ao Depositário sua aceitação de uma emenda consoante as disposições do parágrafo 1 deste Artigo dentro do prazo fixado pelo Conselho deixará, a partir da data em que a referida emenda entrar em vigor, de ser Parte Contratante do presente Acordo.

3) O Conselho deverá notificar ao Depositário toda emenda que seja distribuída às Partes Contratantes nos termos deste Artigo.

ARTIGO 54

Disposição suplementar e transitória

Todas as medidas adotadas pela Organização ou em seu nome, ou por qualquer de seus órgãos, com base no Acordo Internacional do Café de 2007 serão aplicáveis até a entrada em vigor do presente Acordo.

ARTIGO 55

Textos autênticos do Acordo

Os textos do presente Acordo em espanhol, francês, inglês e português são igualmente autênticos. Os originais serão depositados junto ao Depositário.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, firmaram o presente Acordo nas datas que aparecem ao lado de suas assinaturas.



**FATORES DE CONVERSÃO APLICÁVEIS AO
CAFÉ TORRADO, DESCAFEINADO, LÍQUIDO
E SOLÚVEL COMO DEFINIDOS NO ACORDO
INTERNACIONAL DO CAFÉ DE 2007**

Café torrado

Para converter café torrado no equivalente em café verde, multiplicar o peso líquido do café torrado por 1,19.

Café descafeinado

Para converter café verde descafeinado no equivalente em café verde, multiplicar o peso líquido do café verde descafeinado por 1,05. Para converter café torrado e café solúvel descafeinados no equivalente em café verde, multiplicar o respectivo peso por 1,25 ou 2,73.

Café líquido

Para converter café líquido no equivalente em café verde, multiplicar o peso líquido das partículas desidratadas, contidas no café líquido, por 2,6.

Café solúvel

Para converter café solúvel no equivalente em café verde, multiplicar o peso líquido do café solúvel por 2,6.

Café pré-misturado

Ainda por determinar, conforme a Resolução 476, aprovada pelo Conselho Internacional do Café em 9 de junho de 2022.





**ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO CAFÉ**

ICC Resolução 477

9 junho 2022
Original: inglês

Apresentação: 12/05/2023 18:04:00.000 - Mesa

P
MSC n.208/2023

Conselho Internacional do Café
133.^a sessão
(extraordinária)
Sessão virtual
8 e 9 de junho de 2022
Londres, Reino Unido

Resolução 477

APROVADA NA SEGUNDA REUNIÃO
PLENÁRIA, EM 9 DE JUNHO DE
2022

Depositário do Acordo Internacional do Café de 2022

O CONSELHO INTERNACIONAL

DO CAFÉ, CONSIDERANDO:

Que, em sua-133^a sessão, em 9 de junho de 2022, o Conselho Internacional do Café aprovou a Resolução 476, adotando o texto do Acordo Internacional do Café de 2022;

Que o parágrafo 1 do Artigo 76 (Depositários de Tratados) da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969 dispõe que a designação do Depositário de um tratado pode ser feita pelos Estados negociadores, e que o Depositário pode ser um ou vários Estados, uma organização internacional ou o principal funcionário administrativo dessa organização; e

Que o parágrafo 10 do Artigo 2 do Acordo Internacional do Café de 2022 dispõe que o Conselho, através de decisão adotada por consenso antes de 6 de outubro de 2022, designará o Depositário, e que tal decisão constituirá parte integral do Acordo de 2022,

RESOLVE:

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

1. Designar a Organização Internacional do Café para exercer as



funções de Depositário do Acordo Internacional do Café de 2022.

Apresentação: 12/05/2023 18:04:00.000 - Mesa

MSC n.208/2023



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

2. Solicitar à Diretora-Executiva que, na qualidade de principal funcionária administrativa da Organização Internacional do Café, tome as medidas necessárias para assegurar o exercício, pela Organização, de forma coerente com a Convenção de Viena de 1969 sobre Direito dos Tratados, das funções de Depositário do Acordo de 2022, que compreendem mas não se limitam às seguintes:

- a) Guardar o texto original do Acordo e todos os Plenos Poderes entregues ao Depositário;
- b) Preparar e distribuir cópias autênticas certificadas do original do Acordo;
- c) Receber as assinaturas do Acordo, e receber e guardar os instrumentos, notificações e comunicações a ele pertinentes;
- d) Verificar se uma assinatura ou qualquer instrumento, notificação ou comunicação pertinente ao Acordo está em boa e devida forma;
- e) Distribuir atos, notificações ou comunicações pertinentes ao Acordo;
- f) Informar sobre quando houver sido depositado o número de instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação, ou de notificações de aplicação provisória, necessário para a entrada em vigor do Acordo, nos termos de seu Artigo 46;
- g) Registrar o Acordo junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas;
- h) Na hipótese de surgirem questões sobre o desempenho das funções do Depositário, levar a matéria ao conhecimento dos signatários e Partes Contratantes ou, se for o caso, do Conselho Internacional do Café.



Certifico por este meio que o texto anteriormente transcrito constitui cópia fiel e completa do Acordo Internacional do Café de 2022, que, através da Resolução 476, o Conselho Internacional do Café adotou em sua 133ª sessão, em 9 de junho de 2022, e cujo original se encontra depositado junto à Organização Internacional do Café.



Vanúcia
Nogueira
Diretora-
Executiva
Organização Internacional do Café

Londres, Reino Unido, 29 de julho de 2022



COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 208, DE 2023

Submete à consideração do Congresso Nacional o Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado PAULO ALEXANDRE BARBOSA

I - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

O Acordo Internacional do Café de 2022 consta de um instrumento principal e de um anexo. Além desses, acompanha o instrumento o texto da Resolução 477, do Conselho Internacional do Café, aprovada em 9 de junho de 2022, em Londres. Essa Resolução designa a Organização Internacional do Café (OIC) como depositária do Acordo Internacional do Café, ora apreciado.

O instrumento principal é composto por um preâmbulo e 55 artigos, divididos em 15 capítulos. Das disposições preambulares, destacam-se: a que reconhece “a importância do setor cafeeiro para a subsistência de milhões de pessoas, sobretudo nos países em desenvolvimento, e tendo em conta que em muitos desses países a produção se faz em pequenas



propriedades familiares”; e a que reconhece “a contribuição de um setor cafeeiro sustentável para a consecução de objetivos de desenvolvimento internacionalmente acordados, entre os quais os pertinentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)”.

No Capítulo I estão relacionados os objetivos do Acordo, a saber: fortalecer o setor cafeeiro global; promover a cooperação internacional em questões cafeeiras; proporcionar um fórum para consultas sobre questões cafeeiras; incentivar o desenvolvimento de um setor cafeeiro sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais; facilitar a expansão e a transparência do comércio internacional de todos os tipos e formas de café, e promover a eliminação de obstáculos ao comércio; coletar, difundir e publicar informações econômicas, técnicas e científicas, dados estatísticos e estudos, assim como resultados de pesquisa e desenvolvimento em questões cafeeiras; e, promover o desenvolvimento do consumo e de mercados para todos os tipos e formas de café, inclusive nos países produtores de café e mercados emergentes.

O Capítulo II é dedicado às definições de alguns termos utilizados no texto do compromisso internacional. Assim, por exemplo, “café verde” significa todo café na forma de grão cru, não torrado; e “café torrado” significa o café verde torrado em qualquer grau, incluindo o café moído.

Os compromissos gerais dos Membros estão relacionados no Capítulo III. Conforme o Artigo 3, entre outras medidas, os Membros se comprometem a “adotar as medidas que sejam necessárias para capacitá-los a cumprir as obrigações decorrentes do presente Acordo e a cooperar plenamente uns com os outros para assegurar a consecução dos objetivos do presente Acordo”. Além disso, os Membros reconhecem a importância dos Certificados de Origem, como fontes de informações estatísticas, sendo que os Membros exportadores se comprometem a assegurar a apropriada emissão e utilização desses Certificados.

O Capítulo IV trata dos Membros e da Afiliação. Segundo o Artigo 4, cada Parte Contratante constituirá um único membro da OIC, e as referências a “Governo”, encontradas no Acordo, deverão ser estendidas à



União Europeia e a qualquer organização intergovernamental que detenha capacidade para negociar, concluir e aplicar o presente tratado.

Em consonância com o Artigo 6, uma entidade do Setor Privado ou da Sociedade Civil poderá ser reconhecida como Membro Afiliado por decisão do Conselho. Os Membros Afiliados poderão externar suas opiniões e se envolver no trabalho da OIC.

O Capítulo V contém dispositivos sobre a sede, estrutura, privilégios e imunidades da OIC. A Organização tem sede em Londres, possui personalidade jurídica, pode demandar em juízo e detém capacidade para celebrar contratos, adquirir e alienar bens móveis e imóveis. Os privilégios e imunidades da OIC, inclusive do seu Diretor-Executivo, da equipe e dos representantes dos Membros, são objeto de Acordo de Sede, celebrado com o Governo do país-sede da Organização.

No Capítulo VI, são disciplinados a composição do Conselho Internacional do Café, seus poderes e funções. Há disposições sobre o Presidente e Vice-Presidente do Conselho (Artigo 11), sessões, votos, procedimentos de votação, decisões e cooperação com outras organizações internacionais e não-governamentais. No que se refere aos votos, o Artigo 13 dispõe que os Membros exportadores e os importadores terão, cada qual, em conjunto, 1.000 (mil) votos, assim distribuídos: cada Membro disporá de 5 votos básicos, sendo os votos restantes divididos em conformidade com o disposto nos §§ 3 a 7 do citado Artigo 13.

Importante ressaltar que nenhum Membro poderá dispor de dois terços ou mais dos votos em sua categoria (Artigo 13, § 10).

As normas aplicáveis ao Diretor-Executivo e à equipe estão dispostas no Capítulo VII do instrumento internacional. Nomeado pelo Conselho, o Diretor-Executivo é o principal funcionário administrativo da Organização, a quem compete administrar o Acordo e nomear a equipe da OIC, de acordo com a regulamentação estabelecida pelo Conselho. O Diretor e os funcionários não poderão ter interesses financeiros na indústria, no comércio ou no transporte do café (Artigo 18, § 4).



O Capítulo VIII cuida das finanças e da administração da OIC. Nesse capítulo, entre outras, estão dispostas regras sobre o Comitê de Finanças e Administração, aprovação do orçamento e fixação das contribuições, pagamento das contribuições, responsabilidades financeiras dos Membros, bem como auditoria e publicação das contas.

Intitulado “Economia”, o Capítulo IX compreende regras sobre o Comitê de Economia, remoção de obstáculos ao comércio e ao consumo, promoção e desenvolvimento de mercado, medidas relativas ao café processado e misturas e substitutos, Certificados de Origem, bem como sobre a atuação do OIC como centro para a compilação, intercâmbio e publicação de informações estatísticas e técnicas.

Contando um único artigo, o Capítulo X trata da elaboração e financiamento de projetos. Nesse contexto, os Membros e o Diretor-Executivo estão autorizados, por meio do Comitê de Economia, a apresentar propostas de projetos para a consecução dos objetivos do Acordo, bem como para uma ou mais áreas de trabalho consideradas prioritárias no plano de ação estratégico e no programa de atividades anual aprovados pelo Conselho nos termos do Artigo 10.

O Capítulo XI é dedicado aos órgãos que contam com a participação do setor privado, a saber: a Junta de Membros Afiliados; o Grupo de Trabalho Público-Privado do Café; e a Conferência Mundial do Café.

A Conferência Mundial do Café será realizada em intervalos apropriados (Artigo 37), e será composta por Membros da OIC, por representantes do setor privado, e por outros participantes interessados, inclusive países não-membros. O Conselho decidirá a forma, o título, os temas e a época da Conferência, dando conhecimento à Junta de Membros Afiliados e ao Grupo de Trabalho Público-Privado do Café.

O Capítulo XII comporta apenas um artigo, que trata dos preparativos para um novo Acordo Internacional do Café, cuja negociação poderá ser objeto de exame pelo Conselho.

O Capítulo XIII contém normas sobre o manejo sustentável dos recursos e do processamento do café, bem como há dispositivo de natureza



programática, pelo qual os Membros se comprometem a melhorar os padrões e condições de trabalho das populações que se dedicam ao setor cafeeiro. Além disso, os Membros convencionam não fazer uso das normas trabalhistas para fins comerciais protecionistas.

As consultas, as controvérsias e as reclamações entre os Membros são objeto do Capítulo XIV. No que respeita às controvérsias, deflui do Artigo 43 que elas serão submetidas ao Conselho, quando não forem resolvidas mediante negociação direta.

O Capítulo XV agrupa as cláusulas de assinatura e ratificação, aplicação provisória, entrada em vigor, adesão, reservas, retirada voluntária, exclusão, liquidação de contas, vigência, prorrogação e término do Acordo, bem como disposições relativas a emendas, disposição suplementar e transitória do Acordo de 2007 e autenticidade dos textos assinados. De todas as regras procedimentais, são dignas de relevo as complexas normas sobre assinatura e ratificação (Artigo 44), sobre entrada em vigor (Artigo 46) e o dispositivo que proíbe a apresentação de reservas ao Acordo (Artigo 48).

O Instrumento Anexo dispõe sobre os fatores de conversão aplicáveis aos cafés torrado, descafeinado, líquido e solúvel, tal como definidos no Acordo Internacional do Café de 2007.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Organização Internacional do Café (OIC) foi instituída em 1963, por meio do primeiro Convênio Internacional do Café (1962), com a finalidade de estabilizar o mercado e de evitar graves consequências políticas e econômicas em diversos países produtores¹, motivadas pela queda dos preços do café, ocorrida na segunda metade da década de 50 e nos primeiros anos da década de 60. Atualmente, os membros da OIC são responsáveis por 93% da produção mundial de café e 63% do consumo mundial².

1 OIC - http://www.ico.org/pt/history_p.asp

2 Fonte: <https://icocoffee.org/pt/what-we-do/about-us/>. Acesso em 27/06/2023.



O Acordo de 2022, ora apreciado, constitui-se no oitavo Acordo marco da OIC que, em síntese, dispõe sobre os objetivos e estrutura dessa organização, seus privilégios e imunidades. Antes do Acordo de 2022, além do primeiro Convênio de 1962, vigoraram os Convênios de 1968, de 1976, de 1983, de 1994, de 2001 e de 2007.

A título informativo, cumpre destacar que, de sua criação, em 1963, até o final da vigência do Convênio de 1983, a OIC atuava na regulamentação dos preços internacionais do café, cujo principal instrumento era o denominado “sistema de quotas”. Essa atribuição de natureza econômica foi extinta com a entrada em vigor do Convênio de 1994, quando a Organização passa a atuar como foro de discussão, cooperação e de intercâmbio entre os Estados Membros, nos assuntos relacionados ao café.

Em relação a seu antecessor, de 2007, o Acordo do Café de 2022 inova:

- a) nos assuntos relativos à afiliação de entidades do setor privado;
- b) na repartição dos direitos de voto na OIC e, por conseguinte, na fixação das contribuições devidas pelos Membros; e
- c) na constituição de um Grupo de Trabalho de natureza público-privada para identificar e implementar medidas práticas, relacionadas com níveis de preços e sustentabilidade do setor cafeeiro.

Em conformidade com o Artigo 6 do Acordo, por decisão do Conselho Internacional do Café, uma entidade do Setor Privado ou da Sociedade Civil poderá ser reconhecida como Membro Afiliado. Também caberá ao Conselho estabelecer procedimentos para avaliação dos pedidos de candidatura à participação com *status* de Membro Afiliado.

A OIC poderá se valer da assessoria especializada dos Membros Afiliados, e estes terão a oportunidade de externar suas opiniões e se envolver no trabalho da Organização. Nos termos do § 7 do Artigo 6, o Conselho fixará uma relação de contribuições anuais a serem pagas pelos Membros Afiliados.



De acordo com o Artigo 13 do pactuado, os Membros exportadores disporão conjuntamente de 1.000 votos, e os Membros importadores disporão conjuntamente de 1.000 votos, distribuídos da seguinte forma entre os Membros de cada categoria:

- a) Cada Membro disporá de cinco votos básicos;
- b) Os votos adicionais dos Membros exportadores serão divididos entre esses Membros, a saber: 50 por cento proporcionalmente ao volume médio das respectivas exportações de café; e 50 por cento proporcionalmente ao valor médio das respectivas exportações de café;
- c) No caso dos Membros importadores, os votos adicionais também serão divididos entre esses Membros, a saber: 50 por cento proporcionalmente ao volume médio das respectivas importações de café; e 50 por cento proporcionalmente ao valor médio das respectivas importações de café.

Para efeitos de voto, a União Europeia e outras organizações intergovernamentais serão consideradas como membros únicos. Nesse sentido, cada uma delas terá cinco votos básicos, sendo que os respectivos votos adicionais serão calculados conforme a categoria a que pertencerem: membro importador ou membro exportador.

Nos termos dos §§ 3 e 4 do Artigo 13, a distribuição dos votos adicionais no Conselho da OIC, por Membro, levará em consideração, além do volume médio das exportações ou das importações, o valor médio destas atividades. Em conformidade com a Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Agricultura e Pecuária, a nova forma de cálculo dos votos contribuirá “para oferecer uma descrição mais precisa da participação de cada membro no mercado internacional de café, em que o Brasil tende a manter liderança”.

Assim como a distribuição dos votos, a fixação do montante das contribuições dos Membros também foi alterada em relação ao Acordo do Café de 2007. Nesse contexto, o Acordo em análise abandonou a separação em categorias – importações dos importadores e exportações dos exportadores



* C D 2 3 5 5 6 9 3 7 1 6 0 0 *



– pela mensuração das contribuições com base do valor médio do “comércio total”.

Segundo a referida Exposição de Motivos, “a alteração é particularmente importante para o incremento da responsabilidade de membros cuja participação no mercado global é marcada pela reexportação”. Assim, com base na nova sistemática, prevê-se uma redução nas quotas de contribuição de países exportadores. No caso do Brasil, por exemplo, as contribuições passarão de £ 362.050,00 para o ano-calendário 2022/23, para £ 260.966,00 a partir da vigência do novo Acordo.

A última inovação do Acordo de 2022 diz respeito à criação de um Grupo de Trabalho Público-Privado do Café (GTPPC). Conforme o Artigo 35, esse Grupo “é um mecanismo multiparticipativo de parceria público-privada cujo objetivo é identificar e implementar medidas práticas e com limites de tempo para tratar de questões relacionadas com os níveis de preços, a volatilidade dos preços e a sustentabilidade do setor cafeeiro no longo prazo”. Para o governo brasileiro, a OIC “tende a ganhar relevo com o GTPPC, ao firmar-se como centro de concepção técnica e de desenvolvimento de projetos de maior vulto no setor compreendido”.

O café representa uma das principais *commodities* de exportação, sendo produzido em cerca de 50 países no mundo. Como é de público conhecimento, o Brasil é o maior produtor e exportador mundial do grão. Em 2022, por exemplo, o país exportou cerca de 2,2 milhões de toneladas, com embarques para 145 nações. Além disso, o Brasil desponta como segundo maior consumidor global do produto, ficando atrás apenas dos Estados Unidos³. Essa preeminência no setor eleva o País à condição de maior contribuinte da OIC entre seus Membros exportadores.

É fundamental a participação brasileira na OIC. A condição de Membro qualifica o Brasil a manter estreitos contatos com representantes de alto nível de associações dos países exportadores e importadores de café, a participar de projetos de desenvolvimento do setor, bem como ter acesso a

3 Fonte: MAPA. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-o-maior-produtor-mundial-e-o-segundo-maior-consumidor-de-cafe#:~:text=Brasil%20%C3%A9%20o%20maior%20produtor%20mundial%20e%20o%20segundo%20maior%20consumidor%20de%20caf%C3%A9,-Em%202022%20foram&text=Nesta%20sexta%20feira%2C%20dia%2014,para%20a%20colheita%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o.>



informações objetivas sobre o mercado cafeeiro, por meio de relatórios técnicos e de dados estatísticos compilados pela Organização.

Em face do exposto, nosso VOTO é pela aprovação do texto do Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado PAULO ALEXANDRE BARBOSA
Relator

2023-10144



COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2023**

(Mensagem nº 208, de 2023)

Aprova o Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado PAULO ALEXANDRE BARBOSA
Relator

2023-10144





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 208, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião extraordinária realizada hoje, opinou pela aprovação da Mensagem nº 208/2023, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta, acatando o parecer do Relator, Deputado Paulo Alexandre Barbosa.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Flávio Nogueira – Presidente em exercício; General Girão e Átila Lins - Vice-Presidentes; Ana Paula Leão, Arlindo Chinaglia, Bruno Ganem, Celso Russomanno, Claudio Cajado, Damião Feliciano, Daniel Barbosa, Delegado da Cunha, Eduardo Bolsonaro, Fernanda Melchionna, General Pazuello, Jefferson Campos, Jonas Donizette, José Rocha, Marcelo Crivella, Márcio Marinho, Max Lemos, Nilto Tatto, Pastor Eurico, Pr. Marco Feliciano, Paulo Alexandre Barbosa, Rodrigo Valadares, Washington Quaquá, Bebeto, Cabo Gilberto Silva, Caroline de Toni, Cezinha de Madureira, Delegado Paulo Bilynskyj, Dilceu Sperafico, Eros Biondini, Fabio Reis, Josias Gomes, Luiz Nishimori e Luiz Philippe de Orleans e Bragança.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2023.

Deputado **Flávio Nogueira**
Presidente em exercício





COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2023

*Aprova o texto do Acordo Internacional
do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão
do Conselho Internacional do Café, em 7
de outubro de 2022.*

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de
Defesa Nacional

Relator: Deputado EVAIR VIEIRA DE
MELO

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo submeteu ao Congresso Nacional, através da Mensagem nº 208 de 2023, conforme os termos do art. 49, I, em combinação com o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, assinado durante a 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café em 7 de outubro de 2022.

A MSC 208/202, assim dispõe “Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos Interministerial dos Senhores Ministro de Estado das Relações Exteriores e Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, o texto do Acordo Internacional do Café, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022”.



O Acordo Internacional do Café de 2022 é composto por um instrumento principal e um anexo. O instrumento principal contém um preâmbulo e 55 artigos, distribuídos em 15 capítulos. Junto ao instrumento, está anexado o texto da Resolução 477 do Conselho Internacional do Café, aprovada em 9 de junho de 2022, em Londres. A Resolução designa a Organização Internacional do Café (OIC) como a depositária do Acordo Internacional do Café em análise.

Em 16/08/2023, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou a MSC 208/2023. Nessa aprovação, destacou-se que *"o Acordo de 2022, ora apreciado, constitui-se no oitavo Acordo marco da OIC que, em síntese, dispõe sobre os objetivos e estrutura dessa organização, seus privilégios e imunidades"*. Foi salientado que, antes do Acordo de 2022, estiveram em vigor o Convênio inicial de 1962, seguido pelos Convênios de 1968, 1976, 1983, 1994, 2001 e 2007. Adicionalmente, foi observado que, em comparação ao seu antecessor de 2007, o Acordo do Café de 2022 concebe inovações quanto à afiliação de entidades do setor privado, à distribuição dos direitos de voto na OIC (impactando, conseqüentemente, na definição das contribuições dos Membros) e à formação de um Grupo de Trabalho de caráter público-privado destinado a identificar e implementar ações práticas relacionadas aos níveis de preço e à sustentabilidade do setor cafeeiro.

Ademais, ressaltou-se que o Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café e ocupa a posição de segundo maior consumidor global do produto, superado apenas pelos Estados Unidos. Assim, a participação brasileira na OIC é de fundamental importância. Foi ainda acrescentado que *"a condição de Membro qualifica o Brasil a manter estreitos contatos com representantes de alto nível de associações dos países exportadores e importadores de café, a participar de projetos de desenvolvimento do setor, bem como ter acesso a informações objetivas sobre o mercado cafeeiro, por meio de relatórios técnicos e de dados estatísticos compilados pela Organização"*. Com base no exposto, foi dado voto favorável à aprovação da matéria, conforme o Projeto de Decreto Legislativo nº 266/2023 em questão.



A proposição foi distribuída e encaminhada para esta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com o objetivo de analisar o mérito; para a Comissão de Finanças e Tributação, a fim de examinar os aspectos financeiro e orçamentário; e para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a qual já se pronunciou pela aprovação da matéria no tocante à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Trata-se de matéria de competência do Plenário, que tramita em regime de urgência, conforme o art. 151, I, “j” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), razão pela qual houve distribuição simultânea nas comissões, conforme previsto no art. 139, IV, do mesmo diploma normativo.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Acordo Internacional do Café tem, entre seus objetivos, a distinção de ser o principal fórum intergovernamental global para a cooperação entre as nações signatárias. Este Acordo centraliza discussões sobre temas cruciais para a comercialização mundial de café, como produção, demanda, tendências, qualidade e sustentabilidade, além da eliminação de barreiras ao consumo, promovendo o desenvolvimento social, econômico e sustentável nos países que dependem significativamente desse produto para suas receitas de exportação, incentivando a geração de emprego e renda, especialmente em economias dominadas pela agricultura familiar.

Sob o vaticínio da Organização Internacional do Café (OIC) – que congrega nações responsáveis por 93% da produção e mais de 63% da demanda mundial de café –, o AIC configura-se como um valioso mecanismo para o debate e a formulação de políticas públicas por parte de seus signatários, que objetivam a expansão de novos mercados, a estimulação do consumo e o incentivo à produção sustentável nos distintos países envolvidos na cadeia cafeeira, sejam eles produtores ou importadores. Este engajamento ocorre por



meio de um diálogo robusto entre entidades governamentais e o setor privado, fundamentado em dados, indicadores e uma variedade de estudos técnicos oriundos do mais expressivo banco de dados mundial sobre café, que orientam as decisões públicas na atenuação de riscos e na prevenção de desequilíbrios na oferta e demanda mundiais. Desequilíbrios estes que podem acarretar uma volatilidade marcante no mercado, prejudicando tanto produtores quanto consumidores.

Quanto à relevância do Acordo Internacional do Café para o Brasil, é importante ressaltar que, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2007, o país conta com aproximadamente 265 mil produtores de café. Destes, 72% são predominantemente da agricultura familiar, possuindo áreas com menos de 20 hectares, e 78% têm acesso ao PRONAF.

O Brasil sobressai-se no cenário global como o principal produtor e exportador de café, além de ocupar a posição de segundo maior consumidor. Quando se trata do repasse do preço FOB das exportações, oriundo de receitas cambiais, o país transfere em média 85% para os cafés tipo arábica e 93% para o conilon, contribuindo para a distribuição de renda e a criação de mais de 3,5 milhões de empregos, sejam eles diretos ou indiretos, em todas as áreas da cafeicultura.

O café brasileiro consolidou-se no cenário mundial devido à avançada tecnologia, pesquisa e boas práticas empregadas em nossas lavouras que, aliado à qualidade, sustentabilidade e a uma exportação eficaz e competente, habilitam o Brasil a suprir os mais variados e criteriosos mercados, exportando nosso produto para mais de 122 países anualmente.

Com efeito, a renovação do Acordo Internacional do Café traz consigo grandes perspectivas para a cafeicultura brasileira. Ela abre portas para a expansão em novos mercados, notadamente nos asiáticos, árabes e em outros países produtores, tendo como fundamento a transparência comercial e o planejamento estratégico global voltado a todos os tipos de café.



Portanto, é fundamental a atuação contínua e árdua na promoção dos cafés brasileiros, no desiderato de superar obstáculos ao seu consumo e, assim sendo, estamos convictos que com um olhar atento à qualidade e sustentabilidade, o Brasil continuará a reafirmar seu posto como o principal produtor e exportador mundial de café, concebendo prosperidade a inúmeros cafeicultores e a milhões de trabalhadores do segmento no país.

Destarte, no que tange às competências regimentais atribuídas a esta douta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, votamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 266/2023.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, opinou pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 266/2023, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Evair Vieira de Melo.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Tião Medeiros - Presidente, Ana Paula Leão, Pastor Diniz e Emidinho Madeira - Vice-Presidentes, Adilson Barroso, Afonso Hamm, Albuquerque, Alceu Moreira, Alexandre Guimarães, Coronel Meira, Daniel Agrobom, Daniela Reinehr, Domingos Sávio, Evair Vieira de Melo, Gabriel Mota, Giovani Cherini, Henderson Pinto, João Daniel, Lázaro Botelho, Luciano Amaral, Luiz Nishimori, Magda Mofatto, Márcio Honaiser, Marcon, Marussa Boldrin, Misael Varela, Murillo Gouvea, Pezenti, Raimundo Costa, Rodolfo Nogueira, Rodrigo Estacho, Romero Rodrigues, Samuel Viana, Toninho Wandscheer, Valmir Assunção, Zé Silva, Zezinho Barbary, Zucco, Alberto Fraga, Antônio Doido, Benes Leocádio, Bohn Gass, Carlos Veras, Charles Fernandes, Coronel Fernanda, Dagoberto Nogueira, Eliane Braz, Emanuel Pinheiro Neto, General Girão, Geraldo Mendes, Heitor Schuch, Icaro de Valmir, Juarez Costa, Julia Zanatta, Lucas Ramos, Marcel van Hattem, Marcos Pollon, Matheus Noronha, Murilo Galdino, Roberta Roma, Roberto Duarte, Sergio Souza, Thiago Flores, Vermelho, Zé Trovão e Zé Vitor.

Sala da Comissão, em 8 de novembro de 2023.

Deputado TIÃO MEDEIROS



Presidente

Apresentação: 09/11/2023 15:59:08.710 - CAPADR
PAR 1 CAPADR => PDL 266/2023

PAR n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.mp.sp.gov.br/CD239812393900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tião Medeiros





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 22/03/2024 16:08:48.167 - CFT
PRL 1 CFT => PDL 266/2023
PRL n.1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2023.

Aprova o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatora: Deputada Laura Carneiro

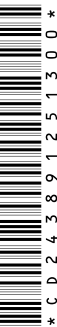
I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 208, de 2023, submeteu ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, I, combinado com o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

Consoante a Exposição de Motivos nº 15/2023, conjunta do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Agricultura e Pecuária, “a presente atualização do Acordo Internacional do Café, carta constitutiva da Organização Internacional do Café (OIC), reflete a preocupação dos membros com a modernização de conceitos e práticas do organismo” e afirma que “o texto é resultado de esforço diplomático de cerca de três anos, em que a participação do Brasil foi essencial, em linha com sua tradicional liderança no setor e na OIC”. A exposição de motivos explica, ainda, que:

4. O Acordo Internacional do Café 2022 inova, sobretudo, nas questões de afiliação de entidades do setor privado e da sociedade civil, na repartição dos direitos de voto, na fixação das contribuições e na constituição de grupo de trabalho de natureza mista para discussão do futuro da cafeicultura. A maior abertura da OIC demonstra a preocupação dos países membros com questões de transparência e permeabilidade nas instituições públicas. A manutenção do caráter consultivo do referido grupo demonstra o sentido de preservação da natureza intergovernamental da organização.

5. A repartição dos direitos de voto, medida da influência relativa dos países na organização, foi rediscutida no sentido de dotar a fórmula de cálculo de maior equilíbrio. Em lugar da distribuição dos votos em função dos volumes exportados ou importados, a nova regra de cálculo leva em consideração,



* C D 2 4 3 8 9 1 2 5 1 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 22/03/2024 16:08:48.167 - CFT
PRL 1 CFT => PDL 266/2023
PRL n.1

adicionalmente, o valor das exportações ou importações. A sistemática contribui para oferecer uma descrição mais precisa da participação de cada membro no mercado internacional de café, em que o Brasil tende a manter liderança.

6. A fixação do montante das contribuições, aspecto central na avaliação dos compromissos gravosos ao patrimônio nacional, foi submetida a processo análogo de atualização de critérios. A distribuição das quotas abandonou a separação em categorias – importações dos importadores e exportações dos exportadores – em favor de mensuração do “comércio total”. A alteração é particularmente importante para o incremento da responsabilidade de membros cuja participação no mercado global é marcada pela reexportação. Como resultado prevê-se redução nas quotas de contribuição de países exportadores, com benefício ao Brasil. Antevê-se que, do patamar atual de contribuições, no valor de £ 362.050,00 para o ano-calendário 2022/23, o país passaria a contribuir com £ 260.966,00 a partir da vigência do novo acordo.

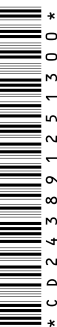
A proposição foi distribuída à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para análise do mérito, à Comissão de Finanças e Tributação, para exame dos aspectos financeiro e orçamentário, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Trata-se de matéria de competência do Plenário, que tramita em regime de urgência, nos termos do art. 151, I, “j” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), motivo pelo qual teve distribuição simultânea nas comissões (art. 139, IV, do mesmo diploma normativo).

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Nos termos do art. 32, inciso IX, alínea *h* do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão o exame dos “aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual”.

A matéria tratada no projeto em exame, o Acordo Internacional do Café 2022, quanto à adequação financeira e orçamentária, se apresenta compatível e adequado financeira e orçamentariamente, pois, uma das inovações apresentadas pelo documento prevê redução nas quotas de contribuição de países exportadores, com benefício ao Brasil, reduzindo o patamar atual de contribuições, do valor de £ 362.050,00 (trezentos e sessenta e duas mil e cinquenta libras esterlinas) para o ano-calendário 2022/23, para £ 260.966,00 (duzentos e sessenta mil novecentas e sessenta libras esterlinas) a partir da vigência do novo acordo.



* C D 2 4 3 8 9 1 2 5 1 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Pelas razões expostas, voto pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2023.

Sala da Comissão, em 22 de março de 2024.

Deputada Federal Laura Carneiro
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, opinou pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo nº 266/2023, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Laura Carneiro.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Mário Negromonte Jr. - Presidente, Vermelho e Fernando Monteiro - Vice-Presidentes, Adail Filho, Átila Lins, Cabo Gilberto Silva, Delegado Fabio Costa, Fábio Teruel, Florentino Neto, Luiz Carlos Hauly, Marcelo Queiroz, Marcio Alvino, Mauro Benevides Filho, Merlong Solano, Pauderney Avelino, Paulo Guedes, Pedro Paulo, Ulisses Guimarães, Alceu Moreira, Aureo Ribeiro, Capitão Augusto, Coronel Meira, Dagoberto Nogueira, Duarte Jr., Fausto Pinato, Gilberto Abramo, Gilberto Nascimento, Gilson Daniel, Henderson Pinto, Jadyel Alencar, Josenildo, Kim Kataguirí, Laura Carneiro, Lindbergh Farias, Luiz Gastão, Otto Alencar Filho, Raniery Paulino, Sargento Portugal, Sergio Souza e Vinicius Carvalho.

Sala da Comissão, em 17 de abril de 2024.

Deputado MÁRIO NEGROMONTE JR.
Presidente



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2023

Aprova o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

Autora: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I - RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 208, de 2023, submeteu ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, I, combinado com o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

Consoante a Exposição de Motivos nº 15/2023, conjunta do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Agricultura e Pecuária, “a presente atualização do Acordo Internacional do Café, carta constitutiva da Organização Internacional do Café (OIC), reflete a preocupação dos membros com a modernização de conceitos e práticas do organismo” e afirma que “o texto é resultado de esforço diplomático de cerca de três anos, em que a participação do Brasil foi essencial, em linha com sua tradicional liderança no setor e na OIC”. A exposição de motivos explica, ainda, que:

4. O Acordo Internacional do Café 2022 inova, sobretudo, nas questões de afiliação de entidades do setor privado e da sociedade civil, na repartição dos direitos de voto, na fixação das contribuições e na constituição de grupo de trabalho de



natureza mista para discussão do futuro da cafeicultura. A maior abertura da OIC demonstra a preocupação dos países-membros com questões de transparência e permeabilidade nas instituições públicas. A manutenção do caráter consultivo do referido grupo demonstra o sentido de preservação da natureza intergovernamental da organização.

5. A repartição dos direitos de voto, medida da influência relativa dos países na organização, foi rediscutida no sentido de dotar a fórmula de cálculo de maior equilíbrio. Em lugar da distribuição dos votos em função dos volumes exportados ou importados, a nova regra de cálculo leva em consideração, adicionalmente, o valor das exportações ou importações. A sistemática contribui para oferecer uma descrição mais precisa da participação de cada membro no mercado internacional de café, em que o Brasil tende a manter liderança.

6. A fixação do montante das contribuições, aspecto central na avaliação dos compromissos gravosos ao patrimônio nacional, foi submetida a processo análogo de atualização de critérios. A distribuição das quotas abandonou a separação em categorias – importações dos importadores e exportações dos exportadores – em favor de mensuração do “comércio total”. A alteração é particularmente importante para o incremento da responsabilidade de membros cuja participação no mercado global é marcada pela reexportação. Como resultado prevê-se redução nas quotas de contribuição de países exportadores, com benefício ao Brasil. Antevê-se que, do patamar atual de contribuições, no valor de £ 362.050,00 para o ano-calendário 2022/23, o país passaria a contribuir com £ 260.966,00 a partir da vigência do novo acordo.

O Acordo Internacional do Café de 2022 consta de um instrumento principal e de um anexo. O instrumento principal é composto por um preâmbulo e 55 artigos, divididos em 15 capítulos. Além desses, acompanha o instrumento o texto da Resolução 477, do Conselho Internacional do Café, aprovada em 9 de junho de 2022, em Londres. Essa Resolução designa a Organização Internacional do Café (OIC) como depositária do Acordo Internacional do Café, ora apreciado.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional resumiu o teor do acordo, nos seguintes termos:

No Capítulo I estão relacionados os objetivos do Acordo, a saber: fortalecer o setor cafeeiro global; promover a cooperação internacional em questões cafeeiras; proporcionar um fórum para consultas sobre questões cafeeiras; incentivar o



desenvolvimento de um setor cafeeiro sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais; facilitar a expansão e a transparência do comércio internacional de todos os tipos e formas de café, e promover a eliminação de obstáculos ao comércio; coletar, difundir e publicar informações econômicas, técnicas e científicas, dados estatísticos e estudos, assim como resultados de pesquisa e desenvolvimento em questões cafeeiras; e, promover o desenvolvimento do consumo e de mercados para todos os tipos e formas de café, inclusive nos países produtores de café e mercados emergentes.

O Capítulo II é dedicado às definições de alguns termos utilizados no texto do compromisso internacional. Assim, por exemplo, “café verde” significa todo café na forma de grão cru, não torrado; e “café torrado” significa o café verde torrado em qualquer grau, incluindo o café moído.

Os compromissos gerais dos Membros estão relacionados no Capítulo III. Conforme o Artigo 3, entre outras medidas, os Membros se comprometem a “adotar as medidas que sejam necessárias para capacitá-los a cumprir as obrigações decorrentes do presente Acordo e a cooperar plenamente uns com os outros para assegurar a consecução dos objetivos do presente Acordo”. Além disso, os Membros reconhecem a importância dos Certificados de Origem, como fontes de informações estatísticas, sendo que os Membros exportadores se comprometem a assegurar a apropriada emissão e utilização desses Certificados.

O Capítulo IV trata dos Membros e da Afiliação. Segundo o Artigo 4, cada Parte Contratante constituirá um único membro da OIC, e as referências a “Governo”, encontradas no Acordo, deverão ser estendidas à União Europeia e a qualquer organização intergovernamental que detenha capacidade para negociar, concluir e aplicar o presente tratado.

Em consonância com o Artigo 6, uma entidade do Setor Privado ou da Sociedade Civil poderá ser reconhecida como Membro Afiliado por decisão do Conselho. Os Membros Afiliados poderão externar suas opiniões e se envolver no trabalho da OIC.

O Capítulo V contém dispositivos sobre a sede, estrutura, privilégios e imunidades da OIC. A Organização tem sede em Londres, possui personalidade jurídica, pode demandar em juízo e detém capacidade para celebrar contratos, adquirir e alienar bens móveis e imóveis. Os privilégios e imunidades da OIC, inclusive do seu Diretor-Executivo, da equipe e dos representantes dos Membros, são objeto de Acordo de Sede, celebrado com o Governo do país-sede da Organização.



No Capítulo VI, são disciplinados a composição do Conselho Internacional do Café, seus poderes e funções. Há disposições sobre o Presidente e Vice-Presidente do Conselho (Artigo 11), sessões, votos, procedimentos de votação, decisões e cooperação com outras organizações internacionais e não-governamentais. No que se refere aos votos, o Artigo 13 dispõe que os Membros exportadores e os importadores terão, cada qual, em conjunto, 1.000 (mil) votos, assim distribuídos: cada Membro disporá de 5 votos básicos, sendo os votos restantes divididos em conformidade com o disposto nos §§ 3 a 7 do citado Artigo 13.

Importante ressaltar que nenhum Membro poderá dispor de dois terços ou mais dos votos em sua categoria (Artigo 13, § 10).

As normas aplicáveis ao Diretor-Executivo e à equipe estão dispostas no Capítulo VII do instrumento internacional. Nomeado pelo Conselho, o Diretor-Executivo é o principal funcionário administrativo da Organização, a quem compete administrar o Acordo e nomear a equipe da OIC, de acordo com a regulamentação estabelecida pelo Conselho. O Diretor e os funcionários não poderão ter interesses financeiros na indústria, no comércio ou no transporte do café (Artigo 18, § 4).

O Capítulo VIII cuida das finanças e da administração da OIC. Nesse capítulo, entre outras, estão dispostas regras sobre o Comitê de Finanças e Administração, aprovação do orçamento e fixação das contribuições, pagamento das contribuições, responsabilidades financeiras dos Membros, bem como auditoria e publicação das contas.

Intitulado “Economia”, o Capítulo IX compreende regras sobre o Comitê de Economia, remoção de obstáculos ao comércio e ao consumo, promoção e desenvolvimento de mercado, medidas relativas ao café processado e misturas e substitutos, Certificados de Origem, bem como sobre a atuação do OIC como centro para a compilação, intercâmbio e publicação de informações estatísticas e técnicas.

Contando um único artigo, o Capítulo X trata da elaboração e financiamento de projetos. Nesse contexto, os Membros e o Diretor-Executivo estão autorizados, por meio do Comitê de Economia, a apresentar propostas de projetos para a consecução dos objetivos do Acordo, bem como para uma ou mais áreas de trabalho consideradas prioritárias no plano de ação estratégico e no programa de atividades anual aprovados pelo Conselho nos termos do Artigo 10.

O Capítulo XI é dedicado aos órgãos que contam com a participação do setor privado, a saber: a Junta de Membros



Afilhados; o Grupo de Trabalho Público-Privado do Café; e a Conferência Mundial do Café.

A Conferência Mundial do Café será realizada em intervalos apropriados (Artigo 37), e será composta por Membros da OIC, por representantes do setor privado, e por outros participantes interessados, inclusive países não-membros. O Conselho decidirá a forma, o título, os temas e a época da Conferência, dando conhecimento à Junta de Membros Afilhados e ao Grupo de Trabalho Público-Privado do Café.

O Capítulo XII comporta apenas um artigo, que trata dos preparativos para um novo Acordo Internacional do Café, cuja negociação poderá ser objeto de exame pelo Conselho.

O Capítulo XIII contém normas sobre o manejo sustentável dos recursos e do processamento do café, bem como há dispositivo de natureza programática, pelo qual os Membros se comprometem a melhorar os padrões e condições de trabalho das populações que se dedicam ao setor cafeeiro. Além disso, os Membros convencionam não fazer uso das normas trabalhistas para fins comerciais protecionistas.

As consultas, as controvérsias e as reclamações entre os Membros são objeto do Capítulo XIV. No que respeita às controvérsias, deflui do Artigo 43 que elas serão submetidas ao Conselho, quando não forem resolvidas mediante negociação direta.

O Capítulo XV agrupa as cláusulas de assinatura e ratificação, aplicação provisória, entrada em vigor, adesão, reservas, retirada voluntária, exclusão, liquidação de contas, vigência, prorrogação e término do Acordo, bem como disposições relativas a emendas, disposição suplementar e transitória do Acordo de 2007 e autenticidade dos textos assinados. De todas as regras procedimentais, são dignas de relevo as complexas normas sobre assinatura e ratificação (Artigo 44), sobre entrada em vigor (Artigo 46) e o dispositivo que proíbe a apresentação de reservas ao Acordo (Artigo 48).

O Instrumento Anexo dispõe sobre os fatores de conversão aplicáveis aos cafés torrado, descafeinado, líquido e solúvel, tal como definidos no Acordo Internacional do Café de 2007.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

registrou em seu parecer que “o Acordo de 2022, ora apreciado, constitui-se no oitavo Acordo marco da OIC que, em síntese, dispõe sobre os objetivos e estrutura dessa organização, seus privilégios e imunidades”. Registrou que



antes do Acordo de 2022, além do primeiro Convênio de 1962, vigoraram os Convênios de 1968, de 1976, de 1983, de 1994, de 2001 e de 2007 e observou que, em relação a seu antecessor, de 2007, o Acordo do Café de 2022 inova:

- nos assuntos relativos à afiliação de entidades do setor privado;
- na repartição dos direitos de voto na OIC e, por conseguinte, na fixação das contribuições devidas pelos Membros; e
- na constituição de um Grupo de Trabalho de natureza público-privada para identificar e implementar medidas práticas, relacionadas com níveis de preços e sustentabilidade do setor cafeeiro.

Destacou que o Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café, além de segundo maior consumidor global do produto, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, sendo, portanto, fundamental a participação brasileira na OIC. Acrescentou, ainda, que *“a condição de Membro qualifica o Brasil a manter estreitos contatos com representantes de alto nível de associações dos países exportadores e importadores de café, a participar de projetos de desenvolvimento do setor, bem como ter acesso a informações objetivas sobre o mercado cafeeiro, por meio de relatórios técnicos e de dados estatísticos compilados pela Organização”*. Diante do exposto, votou pela **aprovação** da matéria, **nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 266/2023 em apreço**.

A proposição foi distribuída à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para análise do mérito, à Comissão de Finanças e Tributação, para exame dos aspectos financeiro e orçamentário, e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Trata-se de matéria de competência do Plenário, que tramita em regime de urgência, nos termos do art. 151, I, “j” do Regimento Interno da



Câmara dos Deputados (RICD), motivo pelo qual teve distribuição simultânea nas comissões (art. 139, IV, do mesmo diploma normativo).

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2023, nos termos dos arts. 32, IV, “a”; 54, I; e 139, II, “c”, todos do Regimento Interno desta Casa.

No que tange à constitucionalidade formal, importa considerar que, conforme o art. 84, VIII, da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. Quanto ao Congresso Nacional, é da sua competência exclusiva, nos termos do art. 49, I, da Lei Maior, resolver definitivamente sobre os tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Isto posto, verificamos que não há vícios de competência a assinalar, sendo o projeto de decreto legislativo a proposição adequada para veiculação da matéria, consoante disposto no art. 109, II, do RICD.

No que concerne ao exame da constitucionalidade material, nenhum óbice foi encontrado na proposição legislativa e no texto do Acordo em análise. Ambos se encontram em conformidade com as disposições constitucionais vigentes.

Com efeito, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade é um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil (art. 4º, IX, da CF/88) e, sem dúvida, o Acordo Internacional do Café de 2022 contribui para aprofundar as relações entre as Partes signatárias, com potencial de fomentar o comércio internacional do café e possibilitar o desenvolvimento de um setor cafeeiro global economicamente



diversificado, o desenvolvimento econômico e social dos países produtores, o desenvolvimento da produção e do consumo de café e melhores relações entre os países exportadores e importadores de café.

Ademais, cumpre registrar que não há qualquer objeção a ser feita quanto à juridicidade do Acordo e da proposição analisada.

Por fim, a redação e a técnica legislativa empregadas no projeto de decreto legislativo revelam-se adequadas, satisfazendo as exigências da Lei Complementar nº 95/1998, que trata das normas de redação, elaboração, alteração e consolidação das leis.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2023.

Sala da Comissão, em 25 de outubro de 2023.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

2023-18327





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

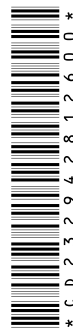
A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 266/2023, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Laura Carneiro.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Rui Falcão - Presidente, Afonso Motta, Alex Manente, Alfredo Gaspar, André Janones, Átila Lira, Bacelar, Capitão Alberto Neto, Caroline de Toni, Cobalchini, Coronel Fernanda, Delegado Éder Mauro, Delegado Ramagem, Dr. Victor Linhalis, Duarte Jr., Eunício Oliveira, Flávio Nogueira, Gerlen Diniz, Gervásio Maia, Gilson Daniel, Gisela Simona, Helder Salomão, João Leão, Jorge Goetten, José Nelto, Juarez Costa, Julia Zanatta, Lafayette de Andrada, Luiz Couto, Marcelo Crivella, Maria Arraes, Mendonça Filho, Patrus Ananias, Paulo Magalhães, Pr. Marco Feliciano, Renilce Nicodemos, Roberto Duarte, Robinson Faria, Rosângela Moro, Rubens Pereira Júnior, Soraya Santos, Tarcísio Motta, Waldemar Oliveira, Zé Haroldo Cathedral, Alberto Fraga, Aluisio Mendes, Amanda Gentil, Ana Pimentel, Aureo Ribeiro, Beto Richa, Cabo Gilberto Silva, Carlos Veras, Chico Alencar, Chris Tonietto, Coronel Meira, Danilo Forte, Darci de Matos, Eduardo Bismarck, Erika Kokay, Gilson Marques, Guilherme Boulos, Kim Kataguirí, Laura Carneiro, Lindbergh Farias, Lucas Redecker, Luiz Gastão, Marangoni, Marcelo Álvaro Antônio, Marcos Pollon, Miguel Ângelo, Pastor Eurico, Pedro Lupion, Reginaldo Lopes, Ricardo Ayres, Rodrigo Valadares, Rosângela Reis, Rubens Otoni, Yandra Moura e Zucco.

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2023.

Deputado RUI FALCÃO



Presidente

Apresentação: 08/11/2023 12:52:32.140 - CCJC
PAR 1 CCJC => PDL 266/2023

PAR n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.cjpara.leg.br/CD232942812600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rui Falcão

